
INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA 1ª EMISSÃO DE
DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE
QUIROGRAFÁRIA, COM GARANTIA ADICIONAL FIDEJUSSÓRIA, EM SÉRIE
ÚNICA, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA, COM ESFORÇOS RESTRITOS, DA
COPEL TELECOMUNICAÇÕES S.A.

entre

COPEL TELECOMUNICAÇÕES S.A.
como Emissora,

PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS
como Agente Fiduciário, representando a comunhão de Debenturistas

e

COMPANHIA PARANAENSE DE ENERGIA - COPEL
como Garantidora

Datado de
15 de outubro de 2015



ÍNDICE

CLÁUSULA I AUTORIZAÇÃO	3
CLÁUSULA II REQUISITOS.....	3
CLÁUSULA III CARACTERÍSTICAS DA EMISSÃO	6
CLÁUSULA IV CARACTERÍSTICAS DAS DEBÊNTURES.....	12
CLÁUSULA V ADITAMENTOS À PRESENTE ESCRITURA	21
CLÁUSULA VI RESGATE ANTECIPADO FACULTATIVO, AMORTIZAÇÃO EXTRAORDINÁRIA FACULTATIVA E AQUISIÇÃO FACULTATIVA	21
CLÁUSULA VII VENCIMENTO ANTECIPADO	22
CLÁUSULA VIII OBRIGAÇÕES ADICIONAIS DA EMISSORA E DA GARANTIDORA	29
CLÁUSULA IX AGENTE FIDUCIÁRIO	35
CLÁUSULA X ASSEMBLEIA GERAL DE DEBENTURISTAS	45
CLÁUSULA XI DECLARAÇÕES E GARANTIAS DA EMISSORA E DA GARANTIDORA	48
CLÁUSULA XII DISPOSIÇÕES GERAIS.....	51



INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA 1ª EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE QUIROGRAFÁRIA, COM GARANTIA ADICIONAL FIDEJUSSÓRIA, EM SÉRIE ÚNICA, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA, COM ESFORÇOS RESTRITOS, DA COPEL TELECOMUNICAÇÕES S.A.

Pelo presente instrumento particular, de um lado,

COPEL TELECOMUNICAÇÕES S.A., sociedade por ações de capital fechado, com sede na cidade de Curitiba, Estado do Paraná, na Rua José Izidoro Biazetto, nº 158, Bloco A, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda (“CNPJ/MF”) sob o nº 04.368.865/0001-66, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social (“Emissora” ou “Companhia”);

e, de outro lado,

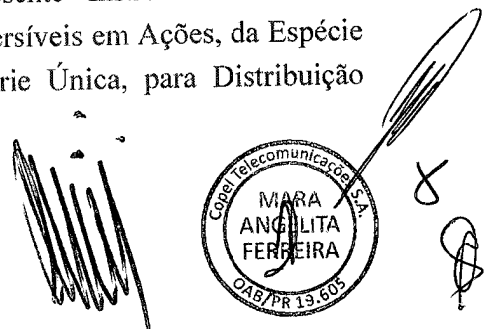
PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS, instituição financeira autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil (“BACEN”), constituída sob a forma de sociedade por ações, com sede na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida das Américas, nº 4.200, Bloco 08, Ala B, Salas 302, 303 e 304, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 17.343.682/0001-38, representando a comunhão de titulares das Debêntures (conforme definido abaixo) objeto da presente emissão, neste ato representada por seu(s) representante(s) legal(is) devidamente autorizado(s) e identificado(s) nas páginas de assinaturas do presente instrumento (“Agente Fiduciário”);

e, ainda, como interveniente garantidora,

COMPANHIA PARANAENSE DE ENERGIA – COPEL, sociedade por ações, de economia mista, de capital aberto, com sede na cidade de Curitiba, Estado do Paraná, na Rua Coronel Dulcídio, nº 800, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 76.483.817/0001-20, neste ato representada por seu(s) representante(s) legal(is) devidamente autorizado(s) e identificado(s) nas páginas de assinaturas do presente instrumento (“Garantidora”);

sendo a Emissora, o Agente Fiduciário e a Garantidora doravante designados, em conjunto, como “Partes” e, individual e indistintamente, como “Parte”,

vêm, por meio desta e na melhor forma de direito, firmar o presente “Instrumento Particular de Escritura da 1ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, com Garantia Adicional Fidejussória, em Série Única, para Distribuição



Pública, com Esforços Restritos, da Copel Telecomunicações S.A.” (“Escritura” ou “Escritura de Emissão”), mediante as cláusulas e condições a seguir.

Os termos aqui iniciados em letra maiúscula, estejam no singular ou no plural, terão o significado a eles atribuído nesta Escritura de Emissão, ainda que posteriormente ao seu uso.

CLÁUSULA I AUTORIZAÇÃO

1.1. Autorização da Emissora

1.1.1. A presente Escritura de Emissão é firmada com base nas deliberações da Assembleia Geral Extraordinária da Emissora realizada em 9 de outubro de 2015 (“AGE”), na qual foram deliberadas: (a) a aprovação da Emissão (conforme definido abaixo), bem como de seus termos e condições; e (b) a autorização à Diretoria da Emissora para adotar todas e quaisquer medidas e celebrar todos os documentos necessários à Emissão, podendo, inclusive, celebrar aditamentos a esta Escritura de Emissão, tudo em conformidade com o disposto no artigo 59 da Lei nº 6.404 de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada, e ratificar todos os atos demais já praticados pela Diretoria da Emissora com relação aos itens acima (“Lei das Sociedades por Ações”).

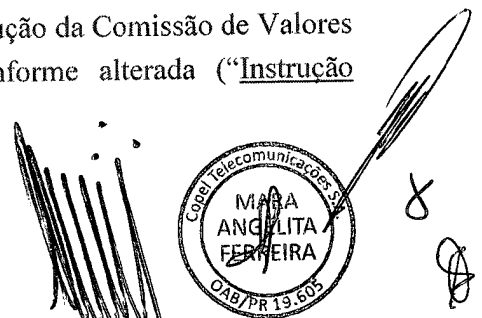
1.1.2. O Conselho Fiscal da Emissora, em reunião realizada em 9 de outubro de 2015 (“RCF”), opinou favoravelmente, sem qualquer ressalva, sobre a Emissão, em conformidade com o disposto no artigo 24 do Estatuto Social da Emissora e nos termos do artigo 163, inciso III, da Lei das Sociedades por Ações.

1.2. Autorizações da Garantidora

1.2.1. A garantia fidejussória da Emissão é outorgada com base em deliberação da Diretoria da Garantidora em reunião realizada em 13 de outubro de 2015, em conformidade com o disposto no artigo 20, inciso “ix” do Estatuto Social da Garantidora (“Reunião da Diretoria da Garantidora”).

CLÁUSULA II REQUISITOS

A 1ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, com garantia adicional fidejussória, em série única, da Emissora (“Debêntures”), para distribuição pública, com esforços restritos, nos termos da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) nº 476, de 16 de janeiro de 2009, conforme alterada (“Instrução



CVM 476”), e desta Escritura de Emissão (“Emissão” ou “Oferta Restrita”), será realizada com observância aos seguintes requisitos:

2.1. Dispensa de Registro pela Comissão de Valores Mobiliários e Registro pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais

2.1.1. A Oferta Restrita será realizada nos termos da Instrução CVM 476 e das demais disposições legais e regulamentares aplicáveis, estando, portanto, automaticamente dispensada do registro de distribuição perante a CVM de que trata o artigo 19 da Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976, conforme alterada.

2.1.2. Por se tratar de oferta para distribuição pública, com esforços restritos, a Oferta Restrita poderá vir a ser objeto de registro na ANBIMA – Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (“ANBIMA”), nos termos dos parágrafos primeiro, inciso I e segundo do artigo 1º do “Código ANBIMA de Regulação e Melhores Práticas para as Ofertas Públicas de Distribuição e Aquisição de Valores Mobiliários” atualmente em vigor, exclusivamente para fins de envio de informações para a base de dados da ANBIMA, após a expedição de diretrizes específicas nesse sentido pelo Conselho de Regulação e Melhores Práticas da ANBIMA.

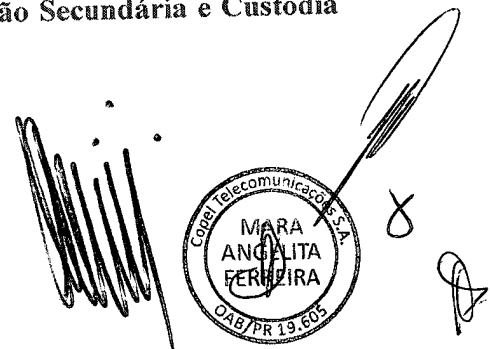
2.2. Arquivamento na Junta Comercial e Publicação dos Atos Societários

2.2.1. A ata de AGE, a ata da Reunião da Diretoria da Garantidora e a ata da RCF da Emissora serão arquivadas na Junta Comercial do Estado do Paraná (“JUCEPAR”), e a ata da AGE da Emissora e a ata da Reunião da Diretoria da Garantidora serão devidamente publicadas nos jornais “Diário Oficial do Estado do Paraná” e “Jornal Gazeta do Povo” (“Jornais de Publicação”), nos termos da Lei das Sociedades por Ações.

2.3. Arquivamento da Escritura de Emissão na Junta Comercial

2.3.1. Esta Escritura de Emissão e seus eventuais aditamentos serão arquivados na JUCEPAR, conforme disposto no artigo 62 da Lei das Sociedades por Ações, devendo a Emissora levá-los para arquivamento em 5 (cinco) Dias Úteis contados da assinatura e enviar ao Agente Fiduciário 1 (uma) via original desta Escritura de Emissão e de seus eventuais aditamentos devidamente registrados, no prazo máximo de 3 (três) Dias Úteis após a obtenção do registro.

2.4. Registro para Distribuição Primária, Negociação Secundária e Custódia Eletrônica



A handwritten signature in black ink is located to the left of a circular stamp. The stamp is from the 'Corporação de Telecomunicações do Brasil' (COTEL) and contains the name 'MARA ANGALITA FERREIRA' and the number '048/PR 19.605'. There are also some small handwritten marks to the right of the stamp.

2.4.1. As Debêntures serão depositadas para:

- (i) distribuição no mercado primário por meio do MDA – Módulo de Distribuição de Ativos (“MDA”), administrado e operacionalizado pela CETIP S.A. – Mercados Organizados (“CETIP”); e
- (ii) negociação no mercado secundário por meio do Módulo CETIP21 – Títulos e Valores Mobiliários (“CETIP21”), administrado e operacionalizado pela CETIP, sendo as negociações liquidadas financeiramente por meio da CETIP e as Debêntures custodiadas eletronicamente na CETIP.

2.4.2. Não obstante o descrito na Cláusula 2.4.1 acima, as Debêntures somente poderão ser negociadas nos mercados regulamentados de valores mobiliários por Investidores Qualificados (conforme abaixo definido) depois de decorridos 90 (noventa) dias da data de cada subscrição ou aquisição por Investidores Profissionais (conforme abaixo definido), conforme disposto nos artigos 13 e 15 da Instrução CVM 476, e uma vez verificado o cumprimento, pela Emissora, de suas obrigações previstas no artigo 17 da Instrução CVM 476, sendo que a negociação das Debêntures deverá sempre respeitar as disposições legais e regulamentares aplicáveis.

2.4.2.1. Nos termos da Instrução CVM 476, serão considerados “Investidores Qualificados” aqueles investidores referidos no artigo 9º-B da Instrução CVM nº 539, de 13 de novembro de 2013 (“Instrução CVM 539”).

2.4.2.2. Nos termos da Instrução CVM 476 e para fins da Oferta Restrita, serão considerados “Investidores Profissionais” aqueles investidores referidos no artigo 9º-A da Instrução CVM 539.

2.5. Registro da Garantia Fidejussória

2.5.1. Em virtude da Fiança a que se refere a Cláusula 3.8 abaixo, a ser prestada pela Garantidora em benefício dos Debenturistas, a presente Escritura e seus eventuais aditamentos serão registrados pela Emissora no Cartório de Registro de Títulos e Documentos da Cidade de Curitiba, Estado do Paraná e no Cartório de Registro de Títulos e Documentos da Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro (“Cartórios de RTD”), em ambos os casos previamente à subscrição e integralização das Debêntures, conforme descrito no item 3.8.10 abaixo.



2.5.2. Caso a Emissora não providencie o registro previsto neste item 2.5.1., o Agente Fiduciário poderá promover o registro acima previsto, devendo a Emissora arcar com os respectivos custos de tais registros, desde que devidamente comprovados, sem prejuízo da ocorrência de descumprimento de obrigação não pecuniária pela Emissora.

2.6. Enquadramento do Projeto

2.6.1 A Emissão será realizada na forma do artigo 2º da Lei nº 12.431, de 24 de junho de 2011, conforme alterada ("Lei 12.431"), tendo em vista o enquadramento do Projeto (conforme definido abaixo) como prioritário, por meio da Portaria nº 3.716, expedida pelo Ministério das Comunicações em 12 de agosto de 2015, publicada no Diário Oficial da União em 14 de agosto de 2015 ("Portaria"), anexa à presente Escritura de Emissão como Anexo I.

CLÁUSULA III CARACTERÍSTICAS DA EMISSÃO

3.1. Número da Emissão

3.1.1. A Emissão objeto da presente Escritura de Emissão constitui a 1ª emissão de debêntures da Emissora.

3.2. Valor Total da Emissão

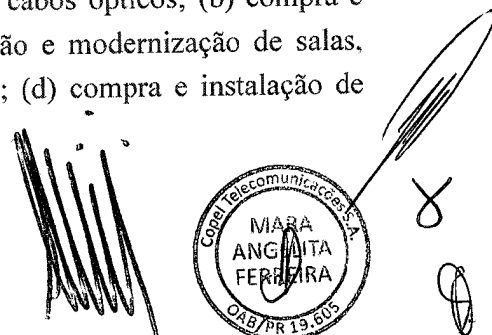
3.2.1. O valor total da Emissão é de R\$160.000.000,00 (cento e sessenta milhões de reais) ("Valor Total da Emissão"), na Data de Emissão (conforme abaixo definido).

3.3. Número de Séries

3.3.1. A Emissão será realizada em uma única série.

3.4. Destinação dos Recursos

3.4.1. Nos termos do artigo 2º, parágrafo 1º, da Lei 12.431, os recursos líquidos captados pela Emissora por meio da Emissão das Debêntures, serão utilizados exclusivamente para implantação, ampliação e modernização de rede de telecomunicações, utilizando cabos ópticos e sistemas de transmissão digital, no estado do Paraná compreendendo: (a) compra e instalação de infraestrutura de cabos ópticos; (b) compra e instalação de equipamentos de rede; (c) construção, ampliação e modernização de salas, equipamentos e sistemas para Gerência e Comando de Rede; (d) compra e instalação de



equipamentos para restabelecimento de rotas em casos de rompimento de cabos ópticos; e (e) implementação de redes de acesso ("Projeto").

3.4.1.1 O Valor Total da Emissão corresponde a, aproximadamente, 5,71% (cinco inteiros e setenta e um centésimos por cento) do valor do Projeto aprovado pelo Ministério das Comunicações por meio da Portaria.

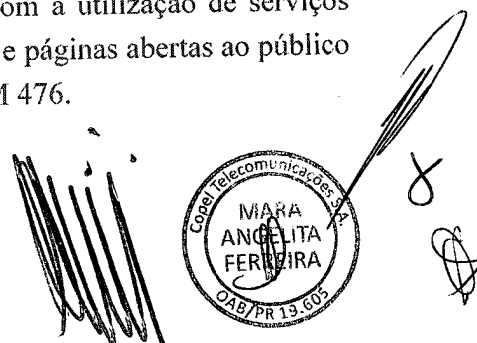
3.5. Colocação e Procedimento de Distribuição

3.5.1. As Debêntures serão objeto de oferta pública, com esforços restritos, nos termos da Instrução CVM 476, sob regime de garantia firme de subscrição no montante de R\$160.000.000,00 (cento e sessenta milhões de reais), com a intermediação de instituição financeira, na qualidade de coordenador líder ("Coordenador Líder") e demais instituições financeiras, todos integrantes do sistema de distribuição de valores mobiliários responsáveis pela colocação das Debêntures (em conjunto com o Coordenador Líder, "Coordenadores"), nos termos do "*Contrato de Coordenação, Colocação e Distribuição Pública, com Esforços Restritos, sob o Regime de Garantia Firme de Colocação, de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, com Garantia Adicional Fidejussória, em Série Única, da 1ª Emissão da Copel Telecomunicações S.A.*", a ser celebrado entre a Emissora e os Coordenadores ("Contrato de Distribuição").

3.5.2. O plano de distribuição seguirá o procedimento descrito na Instrução CVM 476, conforme previsto no Contrato de Distribuição. Para tanto, os Coordenadores e as demais instituições intermediárias que eventualmente venham a participar da distribuição pública, com esforços restritos, das Debêntures poderão acessar no máximo 75 (setenta e cinco) Investidores Profissionais (abaixo definido), sendo possível a subscrição ou aquisição por, no máximo, 50 (cinquenta) Investidores Profissionais.

3.5.3. Os Coordenadores, com o acompanhamento da Emissora, realizarão coleta de intenção de investimentos, sem recebimento de reservas, sem lotes mínimos ou máximos, para verificação da demanda pelas Debêntures junto aos Investidores Profissionais, em diferentes níveis de taxas de juros, de forma a definir a taxa final da Remuneração ("Procedimento de Bookbuilding"). O resultado do Procedimento de *Bookbuilding* será ratificado por meio de aditamento a esta Escritura, sem necessidade de realização de Assembleia Geral de Debenturistas, tampouco de nova aprovação societária da Emissora.

3.5.4. As Partes comprometem-se a não realizar a busca de investidores por meio de lojas, escritórios ou estabelecimentos abertos ao público, ou com a utilização de serviços públicos de comunicação, como a imprensa, o rádio, a televisão e páginas abertas ao público na rede mundial de computadores, nos termos da Instrução CVM 476.



3.5.5. A Emissora obriga-se a: (a) não contatar ou fornecer informações acerca da Oferta Restrita a qualquer investidor, exceto se previamente acordado com os Coordenadores; e (b) informar aos Coordenadores, até o Dia Útil imediatamente subsequente, a ocorrência de contato que receba de potenciais investidores que venham a manifestar seu interesse na Oferta Restrita, comprometendo-se desde já a não tomar qualquer providência em relação aos referidos potenciais investidores neste período.

3.5.6. Não será constituído fundo de manutenção de liquidez e não será firmado contrato de estabilização de preços com relação às Debêntures.

3.5.7. Serão atendidos os clientes Investidores Profissionais dos Coordenadores que desejarem efetuar investimentos nas Debêntures, tendo em vista as relações dos Coordenadores com esses clientes, bem como outros Investidores Profissionais, mesmo que não sejam clientes dos Coordenadores, podendo ser levadas em consideração as relações com clientes e outras considerações de natureza comercial ou estratégica dos Coordenadores e da Emissora.

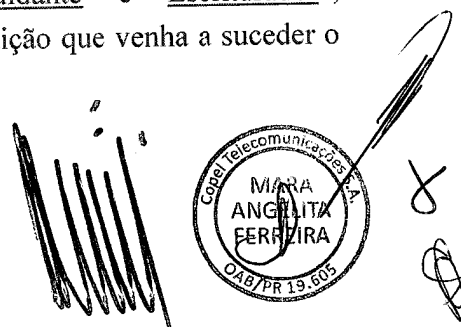
3.5.8. Não será concedido qualquer tipo de desconto pelos Coordenadores aos Investidores Profissionais interessados em adquirir as Debêntures.

3.5.9. No ato de subscrição e integralização das Debêntures, os Investidores Profissionais assinarão declaração atestando, dentre outros, estarem cientes de que: (a) a Oferta Restrita não foi registrada perante a CVM; (b) as Debêntures estão sujeitas a restrições de negociação previstas na regulamentação aplicável e nesta Escritura de Emissão; e (c) efetuaram sua própria análise com relação à capacidade de pagamento da Emissora.

3.5.10. Não haverá preferência para subscrição das Debêntures pelos atuais acionistas da Emissora.

3.6. Banco Liquidante e Escriturador

3.6.1. O banco liquidante da Emissão será o Itaú Unibanco S.A., instituição financeira com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 60.701.190/0001-04, e o escriturador da Oferta Restrita será a Itaú Corretora de Valores S.A., sociedade com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, n.º 3.400, 10º andar, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 61.194.353/0001-64 (“Banco Liquidante” e “Escriturador”, respectivamente, cujas definições incluem qualquer outra instituição que venha a suceder o



Banco Liquidante e o Escriturador na prestação dos serviços de banco liquidante e de escriturador previstos nesta Escritura de Emissão).

3.7. Objeto Social da Emissora

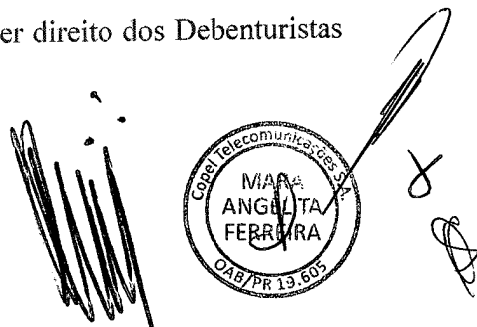
3.7.1. De acordo com o Estatuto Social da Emissora atualmente em vigor, o objeto social da Emissora compreende: (a) explorar e prestar serviços de telecomunicações, de comunicações e serviços correlatos, com e sem fornecimento de materiais; (b) estudar, planejar, projetar, implantar, operar e manter sistemas de telecomunicações, de comunicações e correlatos; (c) prestar serviços de consultoria e de engenharia, bem como comercializar materiais e equipamentos, dentro de sua área de atuação; (d) explorar e prestar serviços de valor adicionado relacionados ao acesso, armazenamento, apresentação, movimentação, recuperação de informações e quaisquer atividades conexas; (e) participar de associações e organizações de caráter técnico, científico e empresarial; e (f) prestar serviços de consultoria, desenvolvimento, implementação e manutenção de soluções de software, infraestrutura, operação, atendimento e suporte a usuários (*service desk*), segurança e correlatos, no âmbito dos serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC).

3.8. Garantia

3.8.1. Em garantia do fiel, pontual e integral pagamento de todas as obrigações, principais e acessórias, presentes e futuras, envolvendo as Debêntures, a Garantidora presta garantia fidejussória, em favor dos titulares das Debêntures ("Debenturistas"), representados pelo Agente Fiduciário ("Fiança"), obrigando-se, por este instrumento e na melhor forma de direito, como devedora solidária e principal pagadora de todos os valores devidos pela Emissora no âmbito da Emissão e desta Escritura de Emissão, até a final liquidação das Debêntures, nos termos descritos a seguir.

3.8.2. A Garantidora declara-se neste ato, em caráter irrevogável e irretratável, garantidora e principal pagadora do valor total da dívida da Emissora representada pelas Debêntures, acrescido da Atualização Monetária e Remuneração, bem como dos encargos moratórios aplicáveis e das demais obrigações pecuniárias previstas no âmbito da Emissão e desta Escritura de Emissão, inclusive, mas não limitado a, aquelas devidas ao Agente Fiduciário, nos termos do artigo 822 do Código Civil ("Valor Garantido").

3.8.2.1. As obrigações da Garantidora aqui assumidas não serão afetadas por atos ou omissões que possam exonerá-la de suas obrigações ou afetá-la, incluindo, mas não se limitando, em razão de: (a) qualquer extensão de prazo ou acordo entre a Emissora e os Debenturistas; (b) qualquer novação ou não exercício de qualquer direito dos Debenturistas



contra a Emissora; e (c) qualquer limitação ou incapacidade da Emissora, inclusive seu pedido de recuperação extrajudicial, pedido de recuperação judicial ou falência.

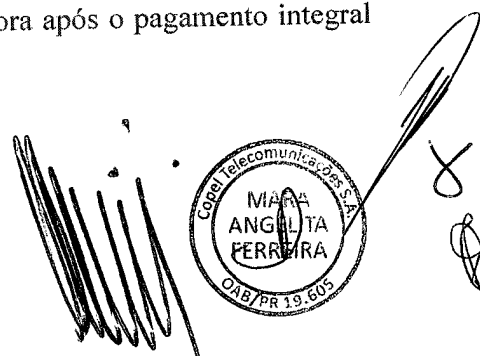
3.8.3. O Valor Garantido será pago pela Garantidora no prazo máximo de 3 (três) Dias Úteis contados do recebimento de comunicação por escrito enviada pelo Agente Fiduciário à Garantidora informando a falta de pagamento, na respectiva data de pagamento, de qualquer valor devido pela Emissora, inclusive quando da decretação de vencimento antecipado das Debêntures, conforme previsto na Cláusula VII abaixo, conforme o caso, nos termos desta Escritura de Emissão, incluindo, sem limitação, os montantes devidos aos Debenturistas a título de principal, remuneração ou encargos de qualquer natureza, exceto na hipótese de decretação de falência ou pedido de autofalência da Emissora, hipótese em que o valor será pago em até 3 (três) Dias Úteis da referida notificação, em qualquer hipótese independentemente de qualquer pretensão, ação, disputa ou reclamação que a Emissora venha a ter ou exercer em relação às suas obrigações sob as Debêntures. Os pagamentos serão realizados pela Garantidora de acordo com os procedimentos estabelecidos nesta Escritura de Emissão. Tal notificação deverá ser imediatamente emitida pelo Agente Fiduciário após a ciência da ocorrência de falta de pagamento pela Emissora de qualquer valor devido nas datas de pagamento definidas nesta Escritura de Emissão ou quando do vencimento antecipado das Debêntures.

3.8.3.1. O pagamento citado na Cláusula 3.8.3 acima deverá ser realizado pela Garantidora fora do âmbito da CETIP e de acordo com instruções recebidas do Agente Fiduciário.

3.8.4. A Garantidora expressamente renuncia aos benefícios de ordem, direitos e faculdades de exoneração de qualquer natureza previstos nos artigos 333, parágrafo único, 366, 821, 827, 834, 835, 837, 838 e seus incisos e 839, todos do Código Civil, e artigos 77 e 595 da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973, conforme alterada (“Código de Processo Civil”).

3.8.4.1. Nenhuma objeção ou oposição da Emissora poderá ser admitida ou invocada pela Garantidora com o objetivo de escusar-se do cumprimento de suas obrigações perante os Debenturistas.

3.8.5. A Garantidora sub-rogar-se-á nos direitos de crédito dos Debenturistas contra a Emissora, caso venha a honrar, total ou parcialmente, a Fiança objeto desta Cláusula 3.8, até o limite da parcela da dívida efetivamente por elas honrada, sendo certo que a Garantidora obriga-se a somente exigir tais valores da Emissora após o pagamento integral do Valor Garantido.



A handwritten signature in black ink is located to the left of a circular stamp. The stamp contains the text "MIAA ANGILTA FERREIRA" and "OAB/PR 19.605". To the right of the stamp is another handwritten mark, possibly a date or initials.

3.8.6. A presente Fiança é prestada pela Garantidora em caráter irrevogável e irretratável, e entrará em vigor na Data de Emissão, permanecendo válida em todos os seus termos até o pagamento integral do Valor Garantido nos termos aqui previstos e em conformidade com o artigo 818 do Código Civil.

3.8.7. A Garantidora desde já reconhece que a Fiança é prestada por prazo determinado, encerrando-se este prazo na data do pagamento integral do Valor Garantido não sendo aplicável, portanto, o artigo 835 do Código Civil.

3.8.8. Fica desde já certo e ajustado que a inobservância, pelo Agente Fiduciário, dos prazos para execução de quaisquer garantias constituídas em favor dos Debenturistas desta Emissão não ensejará, sob hipótese alguma, perda de qualquer direito ou faculdade aqui prevista.

3.8.9. A presente Fiança poderá ser executada e exigida pelo Agente Fiduciário, judicial ou extrajudicialmente, quantas vezes forem necessárias até a integral liquidação do Valor Garantido, observados os prazos e procedimentos dispostos no item 3.8.3 acima.

3.8.10. Em virtude da Fiança prestada pela Garantidora em benefício dos Debenturistas, a presente Escritura de Emissão e seus eventuais aditamentos serão levados a registro pela Emissora, às suas expensas, nos Cartório de RTD, em até 5 (cinco) Dias Úteis a contar da data de assinatura desta Escritura de Emissão e/ou dos respectivos aditamentos, conforme o caso, . Após o registro desta Escritura de Emissão e/ou de seus respectivos aditamentos, conforme o caso, nos Cartórios de RTD, a Emissora encaminhará ao Agente Fiduciário, em até 3 (três) Dias Úteis, 1 (uma) via original desta Escritura de Emissão e/ou de seus respectivos aditamentos, conforme o caso, devidamente registrados.

3.8.11. Todos e quaisquer pagamentos realizados pela Garantidora em decorrência da Fiança serão realizados livres e líquidos, sem a dedução de quaisquer tributos, impostos, taxas, contribuições de qualquer natureza, encargos ou retenções, presentes ou futuros, bem como de quaisquer juros, multas ou demais exigibilidades fiscais, devendo a Garantidora pagar as quantias adicionais que sejam necessárias para que os Debenturistas recebam, após tais deduções, recolhimentos ou pagamentos, uma quantia equivalente à que teria sido recebida se tais valores não fossem devidos, não sendo considerado para fins de Remuneração das Debêntures em nenhuma hipótese. Tal previsão inclui quaisquer majorações das alíquotas dos tributos já mencionados existentes.



A handwritten signature is written over a circular stamp. The stamp contains the text: "Copel Telecomunicações S.A.", "MIANA ANGELITA FERREIRA", and "OAB/PR 19.605".

CLÁUSULA IV CARACTERÍSTICAS DAS DEBÊNTURES

4.1. Características Básicas

4.1.1. **Data de Emissão:** Para todos os fins de direito e efeitos, a data de emissão das Debêntures será o dia 15 de outubro de 2015 (“Data de Emissão”).

4.1.2. **Conversibilidade:** As Debêntures serão simples, não conversíveis em ações de emissão da Emissora.

4.1.3. **Espécie:** As Debêntures serão da espécie quirografária, com garantia adicional fidejussória.

4.1.4. **Tipo e Forma:** As Debêntures serão nominativas e escriturais, sem emissão de cautelas ou certificados.

4.1.5. **Prazo e Data de Vencimento:** Ressalvadas as hipóteses de vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Debêntures, nos termos previstos nesta Escritura de Emissão, as Debêntures terão prazo de vencimento de 9 (nove) anos contados da Data de Emissão, vencendo-se, portanto, no dia 15 de outubro de 2024 (“Data de Vencimento”).

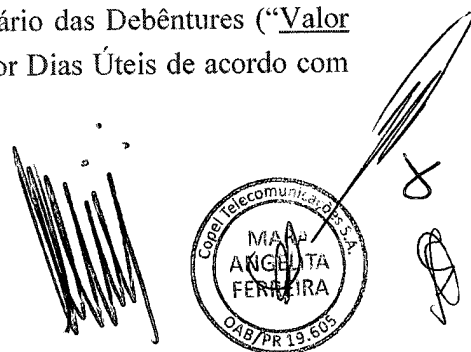
4.1.6. **Valor Nominal Unitário:** O valor nominal unitário das Debêntures será de R\$ 10.000,00 (dez mil reais) na Data de Emissão (“Valor Nominal Unitário”).

4.1.7. **Quantidade de Debêntures:** Serão emitidas 16.000 (dezesesseis mil) Debêntures.

4.2. Atualização Monetária e Juros Remuneratórios

4.2.1. Atualização Monetária

4.2.1.1. O Valor Nominal Unitário das Debêntures será atualizado pela variação acumulada do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (“IPCA”), divulgado mensalmente pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (“IBGE”), desde a Data de Integralização até a data do efetivo pagamento (“Atualização Monetária”), sendo o produto da Atualização Monetária automaticamente incorporado ao Valor Nominal Unitário das Debêntures ou, se for o caso, ao saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures (“Valor Nominal Atualizado”), calculado de forma *pro rata temporis* por Dias Úteis de acordo com a seguinte fórmula:



$$VNa = VNe \times C$$

Onde:

VNa = Valor Nominal Atualizado calculado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento;

VNe = Valor Nominal Unitário das Debêntures ou saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures (valor nominal unitário remanescente após amortização ou incorporação de juros e atualização monetária a cada período, ou pagamento da atualização monetária, se houver), calculado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento; e

C = Fator acumulado das variações mensais do índice utilizado calculado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$C = \prod_{k=1}^n \left[\left(\frac{NI_k}{NI_{k-1}} \right)^{\frac{dup}{dut}} \right]$$

Onde:

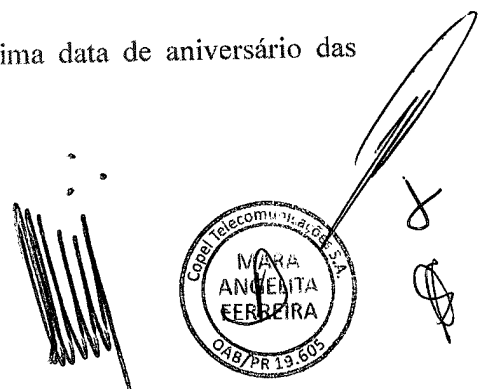
n = número total de índices utilizados na Atualização Monetária das Debêntures, sendo “n” um número inteiro;

NI_k = valor do número-índice do mês anterior ao mês de atualização, caso a atualização seja em data anterior ou na própria data de aniversário das Debêntures. Após a data de aniversário, valor do número-índice do mês de atualização. O mês de atualização refere-se à data de cálculo da Debênture;

NI_{k-1} = valor do número-índice do mês anterior ao mês “k”.

dup = número de Dias Úteis entre a Data de Integralização ou a última data de aniversário das Debêntures e a data de cálculo, limitado ao número total de Dias Úteis de vigência do índice utilizado, sendo “dup” um número inteiro;

dut = número de Dias Úteis entre a última e a próxima data de aniversário das Debêntures, sendo “dut” um número inteiro;



O fator resultante da expressão abaixo descrita é considerado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento:

$$\left(\frac{NI_k}{NI_{k-1}} \right)^{\frac{dup}{dut}}$$

O produtório é executado a partir do fator mais recente, acrescentando-se, em seguida, os mais remotos. Os resultados intermediários são calculados com 16 (dezesseis) casas decimais, sem arredondamento.

A aplicação do IPCA incidirá no menor período permitido pela legislação em vigor, sem necessidade de ajuste à Escritura de Emissão ou qualquer outra formalidade.

Considera-se “data de aniversário” todo dia 15 de cada mês, e caso referida data não seja Dia Útil, o primeiro Dia Útil subsequente.

Considera-se como mês de atualização, o período mensal compreendido entre duas datas de aniversários consecutivas das Debêntures.

Se até a data de aniversário das Debêntures o NI_k não houver sido divulgado, deverá ser utilizado em substituição a NI_k na apuração do Fator “C” um número- índice projetado calculado com base na última projeção disponível divulgada pela ANBIMA (“Número Índice Projetado” e “Projeção”) da variação percentual do IPCA, conforme fórmula a seguir:

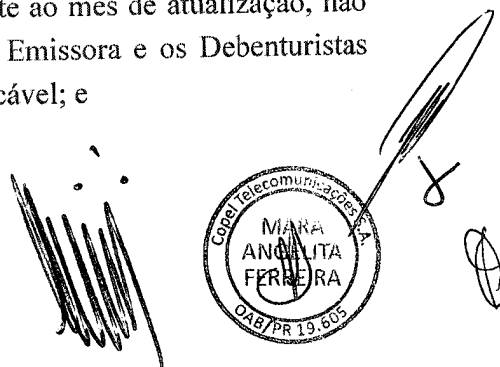
$$NI_{kp} = NI_{k-1} \times (1 + \text{projeção})$$

Onde:

NI_{kp} = Número- Índice Projetado do IPCA para o mês de atualização, calculado com 2 (duas) casas decimais, com arredondamento;

Projeção = variação percentual projetada pela ANBIMA referente ao mês de atualização.

(i) O Número Índice Projetado será utilizado, provisoriamente, enquanto não houver sido divulgado o número- índice correspondente ao mês de atualização, não sendo, porém, devida nenhuma compensação entre a Emissora e os Debenturistas quando da divulgação posterior do IPCA que seria aplicável; e

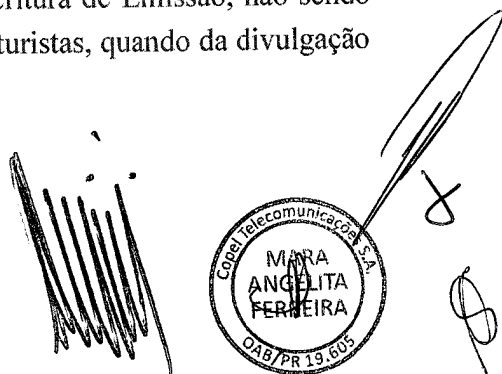


- (ii) O número- índice do IPCA, bem como as projeções de sua variação, deverão ser utilizados considerando idêntico número de casas decimais divulgado pelo órgão responsável por seu cálculo/apuração.

4.2.1.2. Na ausência de apuração e/ou divulgação do IPCA por prazo superior a 10 (dez) Dias Úteis contados da data esperada para sua apuração e/ou divulgação ou, ainda, na hipótese de sua extinção ou inaplicabilidade por disposição legal ou determinação judicial (“Período de Ausência do IPCA”), o IPCA deverá ser substituído pelo devido substituto legal ou, no caso de inexistir substituto legal para o IPCA, o Agente Fiduciário deverá, no prazo de até 2 (dois) Dias Úteis a contar do Período de Ausência do IPCA, convocar Assembleia Geral de Debenturistas para definir, de comum acordo com a Emissora, observados a boa fé, a regulamentação aplicável e os requisitos da Lei 12.431, o novo parâmetro a ser aplicado, o qual deverá refletir parâmetros utilizados em operações similares existentes à época (“Taxa Substitutiva”). Até a deliberação desse parâmetro, será utilizada a Projeção para o cálculo do valor de quaisquer obrigações pecuniárias previstas nesta Escritura de Emissão, não sendo devidas quaisquer compensações entre a Emissora e os Debenturistas, quando da divulgação posterior do IPCA.

4.2.1.3. Caso o IPCA venha a ser divulgado antes da realização da Assembleia Geral de Debenturistas da Emissora referida na Cláusula anterior, a respectiva Assembleia Geral de Debenturistas não será mais realizada e o IPCA, a partir do retorno de sua divulgação, voltará a ser utilizado para o cálculo da Atualização Monetária desde o dia de sua indisponibilidade, não sendo devidas quaisquer compensações entre a Emissora e os Debenturistas.

4.2.1.4. Caso não haja acordo sobre o novo parâmetro a ser utilizado para fins de cálculo da Atualização Monetária entre a Emissora e os Debenturistas representando, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação (abaixo definido), ou caso não haja quórum para a deliberação em Assembleia Geral de Debenturistas, a Emissora se obriga, desde já, a resgatar a totalidade das Debêntures, no prazo de até 30 (trinta) dias contados da data da realização da respectiva Assembleia Geral de Debenturistas ou na Data de Vencimento, o que ocorrer primeiro, pelo seu Valor Nominal Atualizado ou pelo saldo do Valor Nominal Atualizado, conforme o caso, acrescido da Remuneração devida até a data do seu efetivo pagamento, calculado *pro rata temporis*, desde a Data de Integralização ou da Data de Pagamento da Remuneração imediatamente anterior. Até a data de resgate da totalidade das Debêntures, será utilizada a Projeção para o cálculo do valor de quaisquer obrigações pecuniárias previstas nesta Escritura de Emissão, não sendo devidas quaisquer compensações entre a Emissora e os Debenturistas, quando da divulgação posterior do IPCA.



4.2.1.5. Em qualquer hipótese, caso o IPCA volte a ser divulgado ou caso venha a ser estabelecido um substituto legal para o IPCA após a determinação da Taxa Substitutiva ou do Novo Índice, conforme o caso, o IPCA voltará, desde o dia de sua divulgação, ou, conforme o caso, o seu substituto legal passará, desde a data em que passe a vigor, a ser utilizado para o cálculo da Atualização Monetária, sendo, portanto, dispensada a realização da Assembleia Geral de Debenturistas para deliberar sobre este assunto.

4.2.2. Juros Remuneratórios

4.2.2.1. Sobre o Valor Nominal Atualizado das Debêntures incidirão juros remuneratórios correspondentes à cotação indicativa divulgada pela ANBIMA da taxa interna de retorno da Nota do Tesouro Nacional, série B – NTN-B, com vencimento em 15 de março de 2023 (“NTN-B 2023”), apurada no Dia Útil imediatamente anterior à data de realização do Procedimento de *Bookbuilding* (que serão refletidos nesta Escritura de Emissão por meio de aditamento) acrescida exponencialmente de um *spread* de até 0,60% (sessenta centésimos por cento) ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis (“Remuneração”). A Remuneração será calculada de forma exponencial e cumulativa *pro rata temporis*, por Dias Úteis decorridos, incidentes sobre o Valor Nominal Atualizado das Debêntures, ou sobre o saldo do Valor Nominal Atualizado das Debêntures, desde a Data de Integralização (abaixo definida) ou da Data de Pagamento de Remuneração imediatamente anterior, pagos ao final de cada Período de Capitalização, até a data prevista para o seu pagamento (ou a data de vencimento antecipado em razão da ocorrência de um dos eventos de inadimplemento descritos nesta Escritura de Emissão).

4.2.2.2. Farão jus ao recebimento da Remuneração aqueles que forem titulares de Debêntures ao final do Dia Útil imediatamente anterior à Data de Pagamento da Remuneração. O pagamento da Remuneração será feito pela Emissora aos Debenturistas, de acordo com as normas e procedimentos da CETIP.

4.2.2.3. Define-se “Período de Capitalização” o intervalo de tempo que se inicia na Data de Integralização, no caso do primeiro Período de Capitalização, ou na Data de Pagamento da Remuneração imediatamente anterior, no caso dos demais Períodos de Capitalização, e termina na Data de Pagamento da Remuneração correspondente ao período em questão. Cada Período de Capitalização sucede o anterior sem solução de continuidade.

4.2.2.4. A Remuneração deverá ser calculada de acordo com a seguinte fórmula:

$$J = VNa \times (\text{Fator Juros} - 1)$$

Onde:



J = valor unitário da Remuneração devida no final de cada Período de Capitalização, calculado com 8 (oito) casas decimais sem arredondamento;

VNa = conforme definido na Cláusula 4.2.1.1. acima;

Fator Juros = fator de juros fixos calculado com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$\text{Fator Juros} = \left[\left(1 + \frac{\text{Taxa}}{100} \right)^{\frac{DP}{252}} \right]$$

Onde:

Taxa = a ser definida após a realização do Procedimento de *Bookbuilding*, informada com 4 (quatro) casas decimais e inserida na presente Escritura de Emissão através de aditamento;

DP = número de Dias Úteis entre a Data de Integralização ou a última Data de Pagamento da Remuneração, conforme o caso, e a data atual, sendo “DP” um número inteiro.

4.3. Amortização do Valor Nominal Unitário

4.3.1. O Valor Nominal Atualizado das Debêntures será amortizado em 5 (cinco) parcelas anuais e consecutivas, no 5º (quinto), 6º (sexto), 7º (sétimo), 8º (oitavo) e 9º (nono) anos contados da Data de Emissão (inclusive), sendo o primeiro pagamento devido em 15 de outubro de 2020 e o último na Data de Vencimento (ou na data de vencimento antecipado em razão da ocorrência de um dos eventos de inadimplemento descritos nesta Escritura de Emissão), conforme tabela a seguir:

PARCELA	DATA DE VENCIMENTO	PERCENTUAL AMORTIZADO DO VALOR NOMINAL ATUALIZADO
1ª	15 de outubro de 2020	5,0000%
2ª	15 de outubro de 2021	10,0000%
3ª	15 de outubro de 2022	28,3300%
4ª	15 de outubro de 2023	28,3300%
5ª	15 de outubro de 2024	Valor Nominal Atualizado



4.4. Periodicidade de Pagamento da Remuneração

4.4.1. Os valores relativos à Remuneração deverão ser pagos semestralmente, a partir da Data de Emissão, sempre no dia 15 de abril e outubro de cada ano, sendo o primeiro pagamento devido em 15 de abril de 2016 e o último na Data de Vencimento (ou na data de vencimento antecipado em razão da ocorrência de um dos eventos de inadimplemento descritos nesta Escritura de Emissão).

4.5. Local de Pagamento

4.5.1. Os pagamentos a que fizerem jus as Debêntures serão efetuados pela Emissora no respectivo vencimento e em conformidade, conforme o caso: (a) com os procedimentos adotados pela CETIP, para as Debêntures custodiadas eletronicamente na CETIP; e/ou (b) com os procedimentos adotados pelo Escriturador, para as Debêntures que não estejam custodiadas eletronicamente na CETIP ("Local de Pagamento").

4.6. Prorrogação dos Prazos

4.6.1. Caso uma determinada data de vencimento coincida com dia que não seja Dia Útil, considerar-se-ão prorrogados os prazos referentes ao pagamento de qualquer obrigação decorrente desta Escritura de Emissão por quaisquer das Partes (inclusive pelos Debenturistas, no que se refere ao pagamento do Preço de Subscrição (conforme definido abaixo) das Debêntures), até o 1º (primeiro) Dia Útil subsequente, sem qualquer acréscimo aos valores a serem pagos.

4.6.2. Para fins da presente Escritura de Emissão, a expressão "Dia(s) Útil(eis)" significa qualquer dia que não seja sábado, domingo ou feriado declarado nacional.

4.7. Encargos Moratórios

4.7.1. Sem prejuízo da Remuneração e do disposto na Cláusula VII a seguir, ocorrendo atraso imputável à Emissora no pagamento de qualquer quantia devida aos Debenturistas, o valor em atraso ficará sujeito, independentemente de aviso, interpelação ou notificação judicial ou extrajudicial, a: (a) multa moratória convencional, irredutível e de natureza não compensatória, de 2% (dois por cento) sobre o valor devido e não pago; e (b) juros de mora calculados *pro rata temporis* desde a data do inadimplemento até a data do efetivo pagamento, à taxa de 1% (um por cento) ao mês sobre o montante devido e não pago; além das despesas incorridas para cobrança ("Encargos Moratórios").



4.8. Decadência dos Direitos aos Acréscimos

4.8.1. O não comparecimento do Debenturista para receber o valor correspondente a quaisquer das obrigações pecuniárias da Emissora, nas datas previstas nesta Escritura de Emissão, ou em comunicado publicado pela Emissora, não lhe dará direito a qualquer acréscimo no período relativo ao atraso no recebimento, sendo-lhe, todavia, assegurados os direitos adquiridos até a data prevista do respectivo pagamento.

4.9. Preço de Subscrição

4.9.1. O preço de subscrição e integralização das Debêntures será igual ao Valor Nominal Unitário ("Preço de Subscrição").

4.10. Data de Subscrição e Integralização

4.10.1. As Debêntures serão subscritas e integralizadas, no mercado primário, em uma única data, observado o disposto no artigo 7-A da Instrução CVM 476 ("Data de Integralização"). A integralização será realizada à vista, em moeda corrente nacional, no ato de subscrição, de acordo com as normas de liquidação aplicáveis da CETIP, em valor correspondente ao Preço de Subscrição, conforme definido no item 4.9.1. acima.

4.11. Repactuação

4.11.1. Não haverá repactuação das Debêntures.

4.12. Publicidade

4.12.1. Todos os atos e decisões relativos às Debêntures deverão ser obrigatoriamente comunicados na forma de avisos nos Jornais de Publicação, bem como na página da Emissora na rede mundial de computadores – Internet (www.copel.com) ("Avisos aos Debenturistas"), imediatamente após a realização ou ocorrência do ato a ser divulgado, observado o estabelecido no artigo 289 da Lei das Sociedades por Ações e as limitações impostas pela Instrução CVM 476 em relação à publicidade da Oferta Restrita e os prazos legais, devendo a Emissora comunicar o Agente Fiduciário e à CETIP, a respeito de qualquer publicação na data da sua realização, bem como informá-lo, tempestivamente, acerca de qualquer alteração dos Jornais de Publicação após a Data de Emissão.



4.13. Provação de Titularidade das Debêntures

4.13.1. A Emissora não emitirá certificados de Debêntures. Para todos os fins de direito, a titularidade das Debêntures será comprovada pelo extrato de conta de depósito emitido pelo Escriturador. Adicionalmente, será reconhecido como comprovante de titularidade das Debêntures o extrato expedido pela CETIP, em nome de cada Debenturista, quando esses títulos estiverem custodiados eletronicamente na CETIP.

4.14. Liquidez e Estabilização

4.14.1. Não será constituído fundo de manutenção de liquidez ou firmado contrato de garantia de liquidez ou estabilização de preço para as Debêntures.

4.15. Imunidade de Debenturistas

4.15.1. Caso qualquer Debenturista goze de algum tipo de imunidade ou isenção tributária, este deverá encaminhar ao Banco Liquidante e à Emissora, no prazo mínimo de 10 (dez) Dias Úteis de antecedência em relação à data prevista para recebimento de quaisquer valores relativos às Debêntures, documentação comprobatória da referida imunidade ou isenção tributária, sendo certo que, caso o Debenturista não envie referida documentação, a Emissora fará as retenções dos tributos previstos na legislação tributária em vigor nos pagamentos dos valores devidos a tal Debenturista.

4.15.2. Será dispensado o envio de comprovação de que trata o item 4.15.1 acima para o enquadramento de Debenturistas pessoas físicas no artigo 2º, I da Lei 12.431, os quais se sujeitam à incidência do imposto sobre a renda, exclusivamente na fonte, à alíquota de 0% (zero por cento), nos termos do referido artigo.

4.16. Fundo de Amortização

4.16.1. Não será constituído fundo de amortização para a presente Emissão.

4.17. Classificação de Risco

4.17.1. Será atribuído *rating* pela Fitch Ratings para a Emissão das Debêntures e para a Emissora, o qual será atualizado anualmente.



CLÁUSULA V
ADITAMENTOS À PRESENTE ESCRITURA

5.1. Celebração de Aditamentos à Escritura e Arquivamento na JUCEPAR e nos Cartórios de RTD

5.1.1. Quaisquer aditamentos a esta Escritura de Emissão deverão ser celebrados pela Emissora, pela Garantidora e pelo Agente Fiduciário e posteriormente levados para arquivamento, em até 5 (cinco) Dias Úteis contados da assinatura de tais aditamentos, na JUCEPAR e nos Cartórios de RTD. Após o registro de aditamentos a esta Escritura de Emissão na JUCEPAR e nos Cartórios de RTD, a Emissora encaminhará ao Agente Fiduciário, em até 3 (três) Dias Úteis após os respectivos registros, 1 (uma) via original dos aditamentos devidamente registrados.

CLÁUSULA VI
RESGATE ANTECIPADO FACULTATIVO, AMORTIZAÇÃO
EXTRAORDINÁRIA FACULTATIVA E AQUISIÇÃO FACULTATIVA

6.1. Resgate Antecipado Facultativo

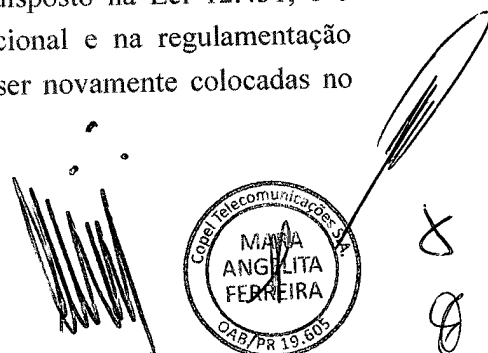
6.1.1 As Debêntures não estarão sujeitas a resgate antecipado facultativo pela Emissora.

6.2. Amortização Extraordinária Facultativa

6.2.1 As Debêntures não estarão sujeitas a amortização extraordinária facultativa.

6.3. Aquisição Facultativa

6.3.1 Após decorridos 2 (dois) anos contados da Data de Emissão, observado o disposto na Lei 12.431, as Debêntures poderão ser adquiridas pela Emissora, no mercado secundário, a qualquer momento, observado o disposto no artigo 55, parágrafo 3º, da Lei 6.404/76, por valor igual ou inferior ao nominal, devendo tal fato constar do relatório da administração e das demonstrações financeiras, ou por valor superior ao nominal, desde que observadas as regras expedidas pela CVM. As Debêntures que venham a ser adquiridas nos termos deste item poderão: (a) ser canceladas, observado o disposto na Lei 12.431, e o disposto nas regras expedidas pelo Conselho Monetário Nacional e na regulamentação aplicável; (b) permanecer em tesouraria da Emissora; ou (c) ser novamente colocadas no mercado.

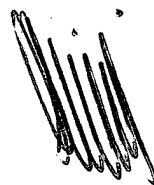


6.3.2 As Debêntures adquiridas pela Emissora para permanência em tesouraria nos termos da Cláusula 6.3.1 acima, se e quando recolocadas no mercado, farão jus à mesma Remuneração das demais Debêntures.

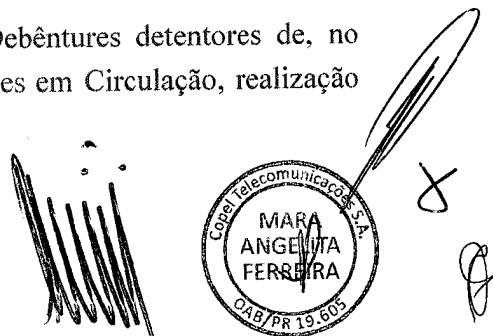
CLÁUSULA VII VENCIMENTO ANTECIPADO

7.1. Observado o disposto nesta Cláusula VII, o Agente Fiduciário deverá declarar antecipadamente vencidas, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, todas as obrigações relativas às Debêntures e exigir o imediato pagamento pela Emissora, mediante o envio de simples comunicação por escrito contendo as respectivas instruções para pagamento, do Valor Nominal Atualizado ou do saldo do Valor Nominal Atualizado, conforme o caso, das Debêntures, acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis*, desde a Data de Integralização, ou da Data de Pagamento da Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do seu efetivo pagamento, e demais Encargos Moratórios devidos nos termos desta Escritura de Emissão, ao tomar ciência da ocorrência de qualquer uma das seguintes hipóteses (cada um desses eventos, um “Evento de Inadimplemento”):

- (a) (i) extinção, liquidação ou dissolução da Emissora, da Garantidora e/ou de qualquer das Controladas Relevantes, entendidas como tal quaisquer controladas, diretas ou indiretas da Garantidora (exceto a Emissora), cuja receita operacional líquida represente, isolada ou conjuntamente, valor igual ou superior a 10% (dez por cento) da receita operacional líquida da Garantidora, calculada de forma consolidada, conforme refletido no último demonstrativo contábil auditado ou objeto de revisão limitada da Garantidora, disponível à época da apuração (“Controladas Relevantes”), exceto se a extinção, liquidação ou dissolução decorrer de uma operação societária que não constitua um Evento de Inadimplemento, nos termos permitidos pelos itens “i” e “j” abaixo; (ii) pedido de autofalência formulado pela Emissora, pela Garantidora e/ou por qualquer Controlada Relevante; (iii) pedido de falência formulado por terceiros, não elidido no prazo legal, da Emissora, da Garantidora e/ou de qualquer Controlada Relevante; (iv) decretação de falência da Emissora, da Garantidora e/ou de qualquer Controlada Relevante; ou (v) pedido de recuperação judicial ou recuperação extrajudicial da Emissora, da Garantidora e/ou de qualquer Controlada Relevante, independentemente do deferimento do respectivo pedido;
- (b) não cumprimento, pela Emissora ou pela Garantidora, de quaisquer obrigações pecuniárias assumidas junto aos debenturistas, nas datas previstas na Escritura, conforme aplicável;

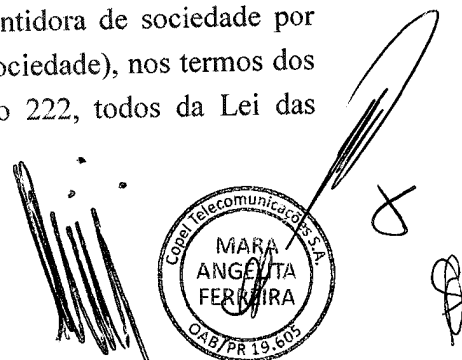


- (c) descumprimento pela Emissora ou pela Garantidora, de qualquer obrigação não pecuniária estipulada nesta Escritura, conforme aplicável, não remediado no prazo máximo de 10 (dez) Dias Úteis contados da data do descumprimento, sendo que esse prazo máximo de 10 (dez) Dias Úteis não se aplica às obrigações para as quais tenha sido estipulado prazo específico;
- (d) protesto(s) legítimo(s) de título(s) contra a Emissora e/ou contra a Garantidora ou qualquer de suas controladas, diretas ou indiretas cujo valor unitário ou agregado seja igual ou superior a R\$ 30.000.000,00 (trinta milhões de reais), ou seu equivalente em outras moedas, salvo se tiver sido efetuado por erro ou má-fé de terceiros ou, ainda, se tiver sido validamente comprovado ao Agente Fiduciário, conforme aplicável, que o(s) protesto(s) foi(ram) cancelado(s) ou suspenso(s) dentro do prazo legal;
- (e) não cumprimento de qualquer decisão administrativa, arbitral, mandado de penhora, sentença transitada em julgado ou qualquer outra decisão definitiva em processo semelhante contra a Emissora ou Garantidora ou qualquer de suas controladas, diretas ou indiretas, por valor individual ou agregado que seja igual ou superior a R\$ 30.000.000,00 (trinta milhões de reais), ou seu equivalente em outras moedas, desde que a Emissora ou qualquer de suas controladas, diretas ou indiretas, não comprove o pagamento, ao Agente Fiduciário, no prazo máximo de 10 (dez) Dias Úteis a partir do referido inadimplemento, do referido valor agregado, nos prazos e termos estabelecidos em referida decisão;
- (f) vencimento antecipado de qualquer dívida da Emissora, da Garantidora ou de qualquer de suas controladas, diretas ou indiretas, em montante unitário ou agregado igual ou superior a R\$ 30.000.000,00 (trinta milhões de reais), ou seu equivalente em outras moedas;
- (g) falta de pagamento pela Emissora ou pela Garantidora ou por qualquer de suas controladas, diretas ou indiretas, de quaisquer dívidas financeiras em valor agregado igual ou superior a R\$ 30.000.000,00 (trinta milhões de reais), ou seu equivalente em outras moedas;
- (h) qualquer alteração do objeto social previsto no Estatuto Social da Emissora ou da Garantidora vigentes na Data de Emissão que altere a atividade preponderante da Emissora ou da Garantidora;
- (i) sem a prévia e expressa aprovação de titulares de Debêntures detentores de, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação, realização



de cisão, incorporação, incorporação de ações ou fusão da Emissora, da Garantidora e/ou das controladas diretas e/ou das Controladas Indiretas Relevantes, entendidas como tais as controladas indiretas da Garantidora, que, isolada ou cumulativamente, representem, valor igual ou superior a 10% (dez por cento) da receita operacional líquida consolidada da Garantidora, apurada e refletida no último demonstrativo contábil auditado ou objeto de revisão limitada pelo auditor independente da Garantidora, disponível à época (“Controladas Indiretas Relevantes”);

- (j) alteração ou transferência de controle acionário (conforme definição de controle prevista no artigo 116 da Lei das Sociedades por Ações) direto ou indireto da Emissora, da Garantidora e/ou das Controladas Relevantes, sem a prévia e expressa aprovação de titulares de Debêntures representando, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação reunidos em assembleia geral especialmente convocada para este fim, com exceção de transferências dentro do próprio Grupo Econômico, aqui definido como a Emissora, a Garantidora, a Copel Geração e Transmissão S.A., a Copel Participações S.A., a Copel Distribuição S.A., e a Copel Renováveis S.A. e suas respectivas controladas diretas ou indiretas, além de suas respectivas sucessoras (“Grupo Econômico”)
- (k) sentença transitada em julgado prolatada por qualquer juiz ou tribunal declarando a invalidade, nulidade ou inexecutibilidade de qualquer documento referente à cada Emissão e/ou de qualquer de suas disposições;
- (l) redução de capital social da Emissora ou da Garantidora, sem observância do disposto no parágrafo 3º artigo 174 da Lei das Sociedades por Ações, e/ou alteração do Estatuto Social da Emissora ou, da Garantidora que implique a concessão de direito de retirada a seus acionistas;
- (m) distribuição e/ou pagamento pela Emissora ou pela Garantidora de dividendos e/ou de juros sobre o capital próprio, e/ou qualquer outra forma de distribuição de recursos aos acionistas, acima do número mínimo estabelecido em Estatuto Social, caso (i) a Emissora ou a Garantidora estejam em mora relativamente ao cumprimento de quaisquer de suas obrigações relativas às Debêntures ou (ii) os Índices Financeiros previstos no item “ee” abaixo não sejam atendidos; resguardados os dividendos obrigatórios por lei e os juros sobre o capital próprio imputados aos dividendos obrigatórios nos termos da Lei das Sociedades por Ações;
- (n) transformação do tipo societário da Emissora ou da Garantidora de sociedade por ações para sociedade limitada (ou qualquer outro tipo de sociedade), nos termos dos artigos 220 e 221, e sem prejuízo do disposto do artigo 222, todos da Lei das



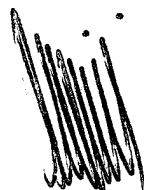
Sociedades por Ações;

- (o) caso qualquer das declarações feitas pela Emissora ou pela Garantidora na Escritura prove-se ou revele-se falsa, incorreta, inconsistente e/ou insuficiente;
- (p) não renovação, transferência (total ou parcial), cancelamento, revogação, suspensão ou extinção de quaisquer alvarás ou licenças, necessários para o regular exercício das atividades pela Emissora ou pela Garantidora e/ou suas controladas diretas e/ou por quaisquer de suas Controladas Indiretas Relevantes, exceto questões pontuais relacionadas a uma ou mais unidades da Emissora, da Garantidora, suas controladas diretas ou quaisquer de suas Controladas Indiretas Relevantes que não causem um Impacto Adverso na Emissora ou na Garantidora, entendido como tal os impactos adversos nas atividades da Emissora ou da Garantidora, que afetem a capacidade da Emissora ou da Garantidora em honrar tempestivamente as obrigações, pecuniárias ou não, relativas às Debêntures, sejam decorrentes da Escritura, e/ou de qualquer outra dívida que, se vencida e não paga, possa acarretar o vencimento antecipado das Debêntures ("Impacto Adverso");
- (q) ato de qualquer autoridade governamental com o objetivo de sequestrar, expropriar, nacionalizar, confiscar, desapropriar ou de qualquer modo adquirir compulsoriamente, a totalidade ou parte substancial dos ativos, das propriedades e/ou das posses diretas ou indiretas e/ou das ações representativas do capital social da Emissora, da Garantidora e/ou das Controladas Relevantes;
- (r) ocorrência de eventos que possam afetar a capacidade operacional, legal ou financeira da Emissora, da Garantidora e/ou de suas controladas diretas e/ou de quaisquer das Controladas Indiretas Relevantes, resultando em um Impacto Adverso para a Emissora ou para a Garantidora e/ou suas controladas diretas e/ou para quaisquer Controladas Indiretas Relevantes;
- (s) cessão, promessa de cessão ou qualquer forma de transferência ou promessa de transferência a terceiros, no todo ou em parte, pela Emissora ou pela Garantidora, de qualquer de suas obrigações nos termos da Escritura;
- (t) alienação, prestação de garantias a terceiros ou constituição de qualquer espécie de ônus ou gravame sobre quaisquer dos bens ou direitos da Emissora e/ou da Garantidora, exceto se feita (i) para a prestação de garantias em processos judiciais e administrativos, ou (ii) no curso normal dos negócios da Emissora ou da Garantidora; e, em ambos os casos, desde que tal alienação, prestação de garantia a terceiros ou a constituição de qualquer espécie de ônus ou gravame sobre quaisquer dos bens ou



direitos da Emissora ou da Garantidora não comprometa o cumprimento das obrigações da Emissora ou da Garantidora com relação aos Debenturistas e às Debêntures;

- (u) subordinação da dívida representada pelas Debêntures, conforme o caso, a qualquer outra dívida, exceto aquela cuja preferência decorra de determinação legal;
- (v) descumprimento por parte da Emissora e/ou da Garantidora durante a vigência das Debêntures, das leis, normas e regulamentos, inclusive ambientais, que afetem ou possam afetar a capacidade da Emissora ou da Garantidora de cumprir fiel e integralmente com suas obrigações previstas na Escritura, conforme aplicável, que não tenham sido sanadas no prazo de 30 (trinta) dias, contado da data do referido descumprimento pela Emissora ou pela Garantidora;
- (w) ocorrência de arresto, sequestro, penhora ou qualquer outra constrição sobre os bens e/ou direitos da Emissora ou da Garantidora, desde que em dimensões que dificulte ou impossibilite o cumprimento das obrigações da Emissora ou da Garantidora em relação às Debêntures;
- (x) emissão de títulos e valores mobiliários pela Emissora sem a observância do previsto na legislação aplicável à matéria;
- (y) perda, extinção, descontinuidade, decretação de intervenção e/ou a não renovação das concessões (inclusive por conta da eventual encampação de contratos de concessão), permissões e autorizações para a exploração dos serviços de telecomunicações, distribuição, transmissão ou geração de energia pela Emissora, pela Garantidora e/ou por suas controladas, diretas e indiretas, que, isolada ou cumulativamente, representem impacto superior a 20% (vinte por cento) da receita operacional bruta da Garantidora, apurada e refletida no último demonstrativo contábil auditado ou objeto de revisão limitada da Garantidora, disponível à época;
- (z) existência de quaisquer sentenças arbitrais definitivas ou judiciais transitadas em julgado em nome da Emissora ou da Garantidora ou de qualquer de suas controladas, diretas ou indiretas, que resultem ou possam resultar, após subtraídos os valores provisionados para efeito de pagamento, em obrigação de pagamento para a Emissora ou Garantidora ou qualquer de suas controladas, diretas ou indiretas, em valor individual ou agregado, superior a R\$30.000.000,00 (trinta milhões de reais);
- (aa) declaração de nulidade da Fiança, sem que haja uma substituição por outra garantia aprovada pelos titulares de Debêntures reunidos em Assembleia Geral de



Debenturistas especialmente convocada para este fim;

- (bb) destinação dos recursos decorrentes da Emissão para finalidade diversa daquela prevista na Cláusula 3.4 acima;
- (cc) não cumprimento, pela Emissora, do artigo 17 da ICVM 476;
- (dd) venda, cessão, locação ou qualquer forma de alienação de ativos operacionais, que, individual ou conjuntamente, durante a vigência das Debêntures, resulte em uma redução do ativo da Emissora superior à 20% (vinte por cento) ou da Garantidora superior a 10% (dez por cento), exceto se tal alienação objetivar a captação de recursos para: (a) investimentos na atividade produtiva da Emissora; (b) substituição de bens antigos por outros novos com a mesma finalidade; ou (b) eliminação de ativos operacionais obsoletos ou inservíveis. O limite acima estabelecido será apurado levando-se em conta o ativo da Emissora ou da Garantidora no exercício social anterior à alienação;
- (ee) não manutenção, pela Garantidora, dos índices financeiros indicados a seguir, durante o prazo das Debêntures, a serem acompanhados anualmente pelo Agente Fiduciário, com base nas informações encaminhadas pela Emissora ou pela Garantidora ao Agente Fiduciário, de acordo com a Cláusula 8.1 (a.1) abaixo (“Índices Financeiros”):
 - (i) Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD), calculado com base nos demonstrativos consolidados da Garantidora, que deve ser de, pelo menos, 1,5 (um inteiro e cinco décimos) vezes; e
 - (ii) Relação da Dívida Financeira Líquida Consolidada e do EBITDA, calculado com base nos demonstrativos consolidados da Garantidora, que deve ser de, no máximo, 3,5 (três inteiros e cinco décimos) vezes.

Onde:

“Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD)” significa (A)/(B), sendo: (A) Geração de Caixa = (+) EBITDA; (-) Imposto de Renda; (-) Contribuição Social; (+/-) Variação da Necessidade de Capital de Giro (NCG). (B) Serviço da Dívida = (+) Amortização de Principal; (+) Pagamento de Juros.



The block contains a handwritten signature on the left and a circular stamp on the right. The stamp is from 'Copel Telecomunicações S.A.' and identifies 'Mônica ANGELITA FERREIRA' with the identification number '048/PR 19.605'. There is also a small handwritten mark resembling the number '8' to the right of the stamp.

Para fins deste item, entende-se por Amortização de Principal as parcelas efetivamente pagas no exercício, que impactem diretamente o saldo de caixa e que reduzam o endividamento. A apuração será realizada dívida por dívida.

“EBITDA” significa (+/-) Lucro ou Prejuízo Líquido do Exercício; (+/-) Receita/despesa financeira líquida; (+) Provisão para IRPJ/CS; (+) Depreciações/amortizações/exaustões; (+/-) Outras Receitas/Despesas líquidas não operacionais e (+/-) Perdas/Lucros resultante de equivalência patrimonial.

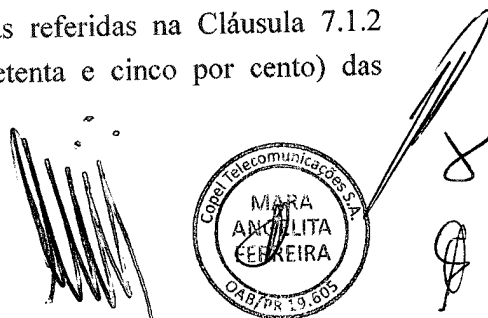
“Dívida Financeira Líquida Consolidada” significa (a) o somatório de todas as dívidas financeiras consolidadas da Garantidora junto a pessoas físicas e/ou jurídicas, incluindo empréstimos e financiamentos com terceiros, emissão de títulos de renda fixa, conversíveis ou não em ações, no mercado de capitais local e/ou internacional; (b) menos o somatório das disponibilidades (caixa e aplicações financeiras) e do diferencial por operações com derivativos;

“NCG” significa Ativo Circulante Cíclico (ACC) menos o Passivo Circulante Cíclico (PCC), sendo que na apuração do ACC, devem ser desconsiderados os saldos relacionados aos: ativos financeiros (indenizações vinculadas à concessão); ativos regulatórios (cva, diferimento tarifário, outros ativos regulatórios); e passivos regulatórios (CVA e outros passivos regulatórios)”.

7.1.1. Ocorrendo quaisquer dos Eventos de Inadimplemento previstos nas alíneas “a”, “b”, “c”, “d”, “f”, “g”, “i”, “j”, “k”, “l”, “m”, “n”, “o”, “r”, “u”, “aa”, e “bb” da Cláusula 7.1 acima, as Debêntures tornar-se-ão automaticamente vencidas, independentemente de aviso ou notificação, judicial ou extrajudicial, devendo o Agente Fiduciário, assim que ciente, enviar imediatamente à Emissora e à Garantidora comunicação escrita informando tal acontecimento.

7.1.2. Na ocorrência de quaisquer dos demais Eventos de Inadimplemento que não sejam aqueles previstos na Cláusula 7.1.1 acima, o Agente Fiduciário deverá convocar, dentro de 2 (dois) Dias Úteis da data em que tomar ciência da ocorrência do referido evento, Assembleia Geral de Debenturistas para deliberar acerca da não declaração do vencimento antecipado das Debêntures, observado o procedimento de convocação previsto na Cláusula X desta Escritura de Emissão e o quórum específico estabelecido na Cláusula 7.1.3 abaixo. As Assembleias Gerais de Debenturistas aqui previstas poderão também ser convocadas pela Emissora, na forma da Cláusula 10.1 abaixo.

7.1.3. Se, nas Assembleias Gerais de Debenturistas referidas na Cláusula 7.1.2 acima, os Debenturistas titulares de, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das



Debêntures em Circulação determinarem que o Agente Fiduciário não declare o vencimento antecipado das Debêntures, o Agente Fiduciário não declarará o vencimento antecipado das Debêntures.

7.1.3.1 Na ocorrência da hipótese prevista na alínea “s” da cláusula 7.1 acima, será necessária a aprovação da totalidade dos Debenturistas titulares das Debêntures em Circulação para que não seja declarado o vencimento antecipado das Debêntures pelo Agente Fiduciário.

7.1.4. Adicionalmente ao disposto nas Cláusulas 7.1.2 e 7.1.3 acima, na hipótese de não instalação da Assembleia Geral de Debenturistas por falta de quórum após segunda convocação, ou de não ser alcançado o quórum mínimo para deliberação na segunda convocação acerca da não declaração de vencimento antecipado, conforme estabelecido no item 7.1.2. acima, o Agente Fiduciário deverá declarar antecipadamente vencidas todas as obrigações decorrentes das Debêntures, aplicando-se o disposto na Cláusula 7.2 abaixo.

7.2. Observado o disposto nesta Cláusula VII, em caso de vencimento antecipado das Debêntures, a Emissora obriga-se a resgatar a totalidade das Debêntures, com o seu consequente cancelamento, obrigando-se a pagar o Valor Nominal Atualizado ou o saldo do Valor Nominal Atualizado, conforme aplicável, de cada Debênture, acrescido da Remuneração, calculados *pro rata temporis*, a partir da Data de Integralização, ou da Data de Pagamento da Remuneração imediatamente anterior, até a data do seu efetivo pagamento, além dos demais Encargos Moratórios devidos nos termos desta Escritura de Emissão, quando for o caso, em até 3 (três) Dias Úteis contados do recebimento, pela Emissora, da comunicação escrita enviada pelo Agente Fiduciário referida na Cláusula 7.1.1 acima, sob pena de, em não o fazendo, ficar obrigada, ainda, ao pagamento dos Encargos Moratórios previstos nesta Escritura de Emissão.

7.3. Uma vez vencidas antecipadamente as Debêntures, o Agente Fiduciário deverá enviar, em até 1 (um) Dia Útil, notificação à CETIP informando sobre o vencimento antecipado das Debêntures.

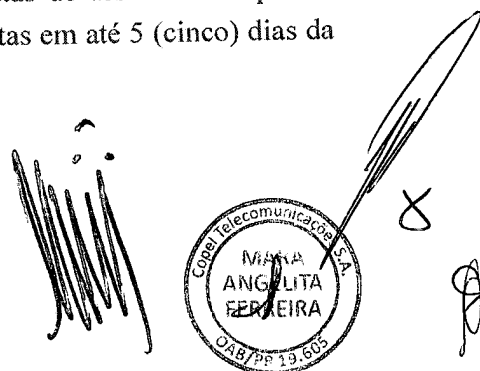
CLÁUSULA VIII

OBRIGAÇÕES ADICIONAIS DA EMISSORA E DA GARANTIDORA

8.1. Observadas as demais obrigações previstas nesta Escritura de Emissão, enquanto o saldo devedor das Debêntures não for integralmente pago, a Emissora e a Garantidora, conforme aplicável, obrigam-se, ainda, a:

(a) fornecer ao Agente Fiduciário:

- (i) no caso da Emissora, dentro de, no máximo, 90 (noventa) dias após o término de cada exercício social, ou na data de sua divulgação, o que ocorrer primeiro, cópia de suas demonstrações financeiras consolidadas relativas ao exercício social então encerrado, preparadas de acordo com os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil, acompanhadas do relatório da administração e do parecer dos auditores independentes, bem como declaração por meio de seu Diretor de Relação com Investidores ou por meio de seu Diretor Presidente, na forma do seu estatuto social, atestando, (1) que permanecem válidas as disposições contidas nesta Escritura de Emissão; (2) não ocorrência de qualquer das hipóteses de vencimento antecipado e inexistência de descumprimento de obrigações da Emissora perante os Debenturistas; e (3) que não foram praticados atos em desacordo com o estatuto;
- (ii) no caso da Garantidora, dentro de, no máximo, 90 (noventa) dias após o término de cada exercício social, ou na data de sua divulgação, o que ocorrer primeiro, (1) cópia de suas demonstrações financeiras consolidadas relativas ao exercício social então encerrado, preparadas de acordo com os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil, acompanhadas do relatório da administração e do parecer dos auditores independentes; e (2) relatório específico de apuração dos Índices Financeiros, elaborado pela Garantidora, contendo a memória de cálculo compreendendo todas as rubricas necessárias para a apuração dos Índices Financeiros, com base nos demonstrativos consolidados e auditados de cada exercício, sob pena de impossibilidade de acompanhamento pelo Agente Fiduciário, podendo este solicitar à Emissora, à Garantidora e/ou aos seus auditores independentes todos os eventuais esclarecimentos adicionais que se façam necessários.
- (iii) no caso da Garantidora, dentro de, no máximo, 45 (quarenta e cinco) dias após o término de cada trimestre do exercício social, ou na data de sua divulgação, o que ocorrer primeiro, cópia de suas demonstrações financeiras consolidadas relativas ao respectivo trimestre, acompanhadas do relatório de revisão especial dos auditores independentes;
- (iv) os Avisos aos Debenturistas, fatos relevantes e atas de assembleias que de alguma forma envolvam interesses dos Debenturistas em até 5 (cinco) dias da data em que forem divulgados ao mercado;



Handwritten signature and circular stamp of MARIA ANGELITA FERREIRA, OAB/PE 19.605.

- (v) em até 10 (dez) dias contados do recebimento de solicitação, qualquer informação relevante com relação às Debêntures que lhe venha a ser solicitada, de maneira razoável, por escrito, pelo Agente Fiduciário, a fim de que este possa cumprir as suas obrigações nos termos desta Escritura de Emissão e da Instrução da CVM nº 28, de 23 de novembro de 1983, conforme alterada (“Instrução CVM 28”);
 - (vi) cópia de qualquer correspondência ou notificação judicial ou extrajudicial recebida pela Emissora e/ou pela Garantidora relativa a um Evento de Inadimplemento ou a esta Escritura de Emissão, imediatamente após o seu recebimento;
 - (vii) informações, em até 5 (cinco) Dias Úteis, sobre o descumprimento de qualquer cláusula, termos ou condições desta Escritura de Emissão, inclusive no referente à Cláusula 7.1, sem prejuízo do disposto na alínea “u” abaixo;
 - (viii) o organograma, dados financeiros e atos societários necessários à realização do relatório mencionado na alínea “l” da Cláusula 9.5.1 abaixo que venham a ser solicitados pelo Agente Fiduciário, em até 30 (trinta) dias antes do encerramento do prazo para disponibilização na CVM ou nos prazos em que esses atos societários tenham sido divulgados publicamente. O referido organograma do grupo societário da Emissora deverá conter, inclusive, os controladores, controladas, sociedades sob controle comum, coligadas e integrantes do bloco de controle no encerramento de cada exercício social; e
 - (ix) os comprovantes de cumprimento de suas obrigações pecuniárias perante os Debenturistas no prazo de até 2 (dois) Dias Úteis contados da respectiva data de vencimento;
- (b) manter contratados durante o prazo de vigência das Debêntures, às suas expensas, o Escriturador, o Banco Liquidante, o Agente Fiduciário, a agência de *rating* e a CETIP, além de tomar todas e quaisquer providências necessárias para a manutenção e negociação das Debêntures;
- (c) contratar, para o início da Oferta, às suas expensas, a Fitch Ratings para realizar a classificação de risco (*rating*) das Debêntures e da Emissora, devendo, ainda, com relação a pelo menos uma agência de classificação de risco, entre Standard & Poor's, a Fitch ou a Moody's (i) atualizar anualmente, a partir da data de emissão do primeiro relatório, até a Data de Vencimento das Debêntures o relatório da classificação de risco elaborado; (ii) divulgar ou permitir que a agência de classificação de risco da

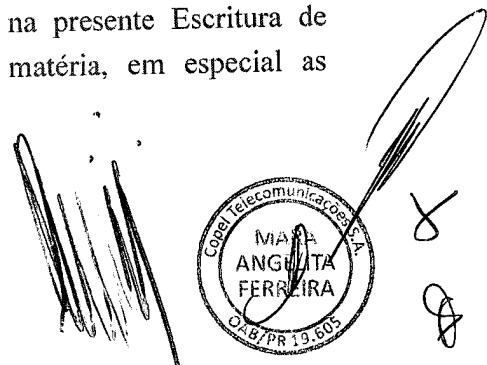


Emissão e da Emissora divulgue amplamente ao mercado os relatórios com as súmulas das classificações de risco, (iii) entregar ao Agente Fiduciário e à ANBIMA, conforme aplicável, os relatórios de classificação de risco preparados pela agência de classificação de risco no prazo de até 5 (cinco) Dias Úteis contados da data de seu recebimento pela Emissora e (iv) comunicar em até 5 (cinco) Dias Úteis ao Agente Fiduciário qualquer alteração e o início de qualquer processo de revisão da classificação de risco, observado que, caso a agência de classificação de risco contratada cesse suas atividades no Brasil ou, por qualquer motivo, esteja ou seja impedida de emitir a classificação de risco das Debêntures, a Emissora deverá, a seu exclusivo critério, (1) contratar outra agência de classificação de risco sem necessidade de aprovação dos Debenturistas, bastando notificar o Agente Fiduciário, desde que tal agência de classificação de risco seja a Standard & Poor's ou a Fitch ou a Moody's ou (2) notificar em até 5 (cinco) dias úteis o Agente Fiduciário e convocar Assembleia Geral de Debenturistas para que estes definam a agência de classificação de risco substituta;

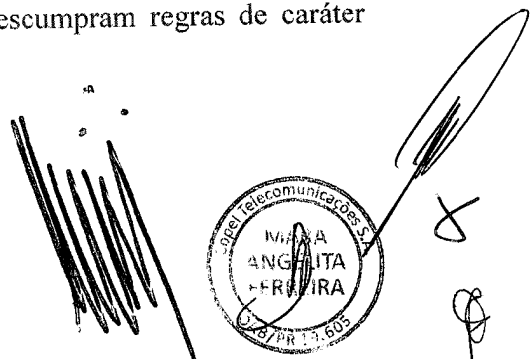
- (d) apresentar imediatamente ao mercado as decisões tomadas pela Emissora com relação a seus resultados operacionais, atividades comerciais e quaisquer outros fatos considerados relevantes, nos termos da regulamentação expedida pela CVM;
- (e) comunicar em até 2 (dois) Dias Úteis ao Agente Fiduciário e autoridades cabíveis a ocorrência de quaisquer eventos ou situações que sejam do seu conhecimento e possam afetar negativamente sua habilidade de efetuar o pontual cumprimento das obrigações, no todo ou em parte, assumidas perante os titulares das Debêntures;
- (f) submeter a exame, na forma da lei, de suas contas e balanços, a empresa de auditoria independente registrada na CVM;
- (g) proceder à adequada publicidade de seus dados econômico-financeiros, bem como da Garantidora, resultantes de atos de sua gestão, promovendo a publicação das demonstrações financeiras previstas no artigo 176 da Lei das Sociedades por Ações e, pelo menos 1 (uma) vez ao ano, em jornais de grande circulação, dos seguintes documentos, que devem ser complementados com notas explicativas e outros quadros analíticos ou demonstrações contábeis necessárias para o esclarecimento da situação patrimonial e dos resultados do exercício da Emissora:
 - (i) balanço patrimonial;
 - (ii) demonstração das mutações do patrimônio líquido;



- (iii) demonstraco do resultado do exercício;
 - (iv) demonstraco de fluxo de caixa;
 - (v) parecer da auditoria externa; e
 - (vi) demais documentos que venham a ser exigidos pela legislação pertinente ¢ matéria.
- (h) efetuar, tempestivamente o recolhimento de quaisquer tributos ou contribues que incidam ou venham a incidir sobre as Debêntures, desde que lhes sejam legalmente atribuídos;
- (i) cumprir com todas as obrigações aplicáveis relacionadas ¢ Instrução CVM n 400, de 29 de dezembro de 2003 ("Instrução CVM 400"), inclusive com as disposies de seu artigo 48, naquilo que lhe for aplicável;
- (j) fornecer as informaes solicitadas pela CETIP, pela CVM e pela ANBIMA, quando aplicável;
- (k) manter as Debêntures registradas para negociação no mercado secundário por meio do CETIP21 durante o prazo de vigência das Debêntures, arcando com os custos do referido registro;
- (l) guardar, por 5 (cinco) anos contados da data do encerramento da Emisso, toda a documentação a ela relativa, bem como disponibilizla ao Coordenador Líder e ao Agente Fiduciário em um prazo de até 5 (cinco) Dias úteis, após recebimento da respectiva solicitação por escrito, ou no menor prazo possível, conforme exigência legal;
- (m) indenizar, de forma irrevogável e irretatvel, os Debenturistas e o Agente Fiduciário, por todos e quaisquer prejzos, danos, perdas, custos e/ou despesas (incluindo custas judiciais e honorários advocatícios) incorridos e comprovados pelos Debenturistas e o Agente Fiduciário em razo da falta de veracidade, consistência, qualidade e suficiência das suas declaraes prestadas na presente Escritura de Emisso; e
- (n) cumprir todos os requisitos e obrigações estabelecidos na presente Escritura de Emisso e na regulamentação em vigor pertinente ¢ matéria, em especial as obrigaes previstas no artigo 17 da Instrução CVM 476:



- (i) preparar demonstrações financeiras de encerramento de exercício e, se for o caso, demonstrações consolidadas, em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações e com a regulamentação da CVM;
- (ii) submeter suas demonstrações financeiras a auditoria, por auditor registrado na CVM;
- (iii) divulgar suas demonstrações financeiras, acompanhadas de notas explicativas e parecer dos auditores independentes, em sua página na rede mundial de computadores, dentro de 3 (três) meses contados do encerramento do exercício social;
- (iv) manter os documentos mencionados no inciso (iii) acima em sua página na rede mundial de computadores, por um prazo de 3 (três) anos;
- (v) observar as disposições da Instrução da CVM nº 358, de 03 de janeiro de 2002, conforme alterada ("Instrução CVM 358"), em especial ao dever de sigilo e vedações à negociação;
- (vi) divulgar em sua página na rede mundial de computadores a ocorrência de fato relevante, conforme definido pelo artigo 2º da Instrução CVM 358, comunicando imediatamente ao Coordenador Líder e ao Agente Fiduciário;
- (vii) fornecer as informações solicitadas pela CVM; e
- (viii) não realizar quaisquer outras Emissões de Debêntures dentro do prazo de 4 (quatro) meses contados da data do envio da Comunicação de Encerramento, a menos que a nova oferta seja submetida a registro na CVM; e
- (ix) observar a legislação ambiental e trabalhista vigentes, relativa à saúde e segurança ocupacional, inclusive, mas não limitado, ao que se refere à inexistência de trabalho análogo ao escravo e infantil, conforme verificado (a) por decisão administrativa não passível de recurso ou existência de sentença transitada em julgado contra a Emissora e/ou da Garantidora em razão de tal inobservância ou incentivo; ou (b) pela inclusão da Emissora e/ou da Garantidora em qualquer espécie de lista oficial emitida por órgão governamental brasileiro de sociedades que descumpram regras de caráter socioambiental.



8.2. De acordo com a Instrução CVM 476, os controladores e administradores da Emissora são responsáveis pelo cumprimento das obrigações previstas nesta Cláusula.

8.3. A Emissora obriga-se, neste ato, em caráter irrevogável e irretratável, a cuidar para que as operações que venha a praticar no ambiente CETIP sejam sempre amparadas pelas boas práticas de mercado, com plena e perfeita observância das normas aplicáveis à matéria, isentando o Agente Fiduciário de toda e qualquer responsabilidade por reclamações, prejuízos, perdas e danos, lucros cessantes e/ou emergentes a que o não respeito às referidas normas der causa, desde que comprovadamente não tenham sido gerados por atuação do Agente Fiduciário.

CLÁUSULA IX AGENTE FIDUCIÁRIO

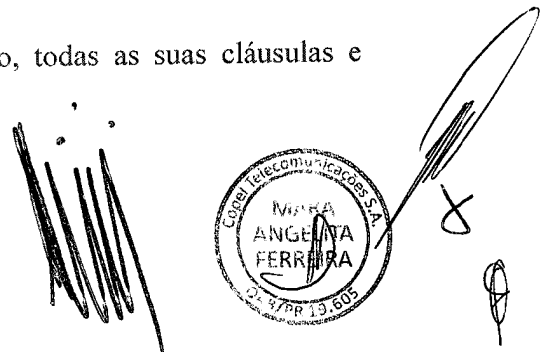
9.1. Nomeação

9.1.1 A Emissora constitui e nomeia como Agente Fiduciário dos Debenturistas desta Emissão a Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários, acima qualificada, a qual, neste ato e pela melhor forma de direito, aceita a nomeação para, nos termos da lei e desta Escritura de Emissão, representar perante a Emissora a comunhão dos Debenturistas.

9.2. Declaração

9.2.1 O Agente Fiduciário declara, neste ato, sob as penas da lei:

- (a) que verificou a veracidade das informações contidas nesta Escritura de Emissão, tendo diligenciado para que fossem sanadas as omissões, falhas, ou defeitos de que tenha tido conhecimento;
- (b) não ter nenhum impedimento legal, conforme parágrafo 3º do artigo 66 da Lei das Sociedades por Ações e o artigo 10 da Instrução CVM 28, para exercer a função que lhe é conferida;
- (c) aceitar a função que lhe é conferida, assumindo integralmente os deveres e atribuições previstos na legislação específica e nesta Escritura de Emissão;
- (d) aceitar integralmente a presente Escritura de Emissão, todas as suas cláusulas e condições;



- (e) não ter nenhuma ligação com a Emissora que o impeça de exercer suas funções;
- (f) estar ciente da Circular nº 1.832, de 31 de outubro de 1990, do Banco Central do Brasil;
- (g) estar devidamente autorizado a celebrar esta Escritura de Emissão e a cumprir com suas obrigações aqui previstas, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;
- (h) não se encontrar em nenhuma das situações de conflito de interesse previstas no artigo 10 da Instrução CVM 28;
- (i) estar devidamente qualificado a exercer as atividades de agente fiduciário, nos termos da regulamentação aplicável vigente;
- (j) que esta Escritura de Emissão constitui uma obrigação legal, válida, vinculativa e eficaz do Agente Fiduciário, exequível de acordo com os seus termos e condições;
- (k) que a celebração desta Escritura de Emissão e o cumprimento de suas obrigações aqui previstas não infringem qualquer obrigação anteriormente assumida pelo Agente Fiduciário; e
- (l) que atua, na data de assinatura da presente Escritura de Emissão, como agente fiduciário na seguinte emissão de debêntures de sociedade integrantes do mesmo grupo econômico da Emissora: 5ª (quinta) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em única série, da Garantidora, no valor total de R\$1.000.000.000,00 (um bilhão de reais), com a emissão de 100.000 (cem mil) debêntures, em 13 de maio de 2014, sendo a data de vencimento das debêntures em 13 de maio de 2019. Referida emissão não tem garantia. Até a presente data não houve qualquer evento de inadimplemento, conversão, repactuação, amortização facultativa ou resgate das debêntures, conforme previsto nos termos da respectiva escritura de emissão.
- (m) a pessoa que o representa na assinatura desta Escritura tem poderes bastantes para tanto.

9.3. Remuneração do Agente Fiduciário



Handwritten signature and circular stamp of Manoel Angélica Ferreira, with the text 'Copel Telecomunicações S.A.' and '046/PR 19.605' visible on the stamp.

9.3.1 Será devida pela Emissora ao Agente Fiduciário a título de honorários pelo desempenho dos deveres e atribuições que lhe competem, nos termos da legislação aplicável em vigor e desta Escritura de Emissão, uma remuneração equivalente a parcelas anuais de R\$ 4.800,00 (quatro mil e oitocentos reais) cada uma, sendo a primeira devida no 5º (quinto) Dia Útil após a data da assinatura desta Escritura de Emissão e as demais parcelas no mesmo dia dos anos subsequentes, até o vencimento das Debêntures ou enquanto o Agente Fiduciário representar os interesses dos Debenturistas.

9.3.2 A remuneração prevista na Cláusula 9.3.1 acima será devida mesmo após o vencimento das Debêntures, caso o Agente Fiduciário ainda esteja atuando na cobrança de inadimplências não sanadas pela Emissora.

9.3.3 Na hipótese de ocorrer o cancelamento ou o resgate da totalidade das Debêntures em Circulação, o Agente Fiduciário fará jus somente à remuneração calculada *pro rata temporis* pelo período da efetiva prestação dos serviços, devendo restituir à Emissora a diferença entre a remuneração recebida e aquela a que fez jus, assim que solicitado pela Emissora.

9.3.4 As parcelas referentes à remuneração prevista na Cláusula 9.3.1 acima serão atualizadas, na menor periodicidade admitida em lei, pelo Índice Geral de Preços – IGP-M, apurado e divulgado pela Fundação Getúlio Vargas (“IGP-M”), ou na sua falta ou impossibilidade de aplicação, pelo índice oficial que vier a substituí-lo, a serem corrigidas anualmente desde a data do pagamento da primeira parcela referida na Cláusula 9.3.1 acima, até as datas de pagamento de cada parcela subsequente, calculada *pro rata die* se necessário.

9.3.5 Em caso de mora no pagamento de qualquer quantia devida, os débitos em atraso estarão sujeitos a multa contratual de 2% (dois por cento) sobre o valor do débito, bem como a juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês, ficando o valor do débito em atraso sujeito a atualização monetária pelo IGP-M, incidente desde a data da inadimplência até a data do efetivo pagamento, calculado *pro rata die*.

9.3.6 A remuneração prevista na Cláusula 9.3.1 acima será acrescida dos seguintes Impostos: (a) ISS (Impostos sobre Serviços de Qualquer Natureza); (b) PIS (Contribuição ao Programa de Integração Social); (c) COFINS (Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social); e (d) quaisquer outros impostos, exceto o IRRF (Imposto de Renda Retido na Fonte), que venham a incidir sobre a remuneração do Agente Fiduciário, nas alíquotas vigentes nas datas de cada pagamento.



A handwritten signature is written over a circular stamp. The stamp contains the text: "Capel Telecomunicações S.A.", "MARIA ANGÉLICA FERREIRA", and "048/PR 19.605".

9.3.7 A remuneração prevista na Cláusula 9.3.1 acima cobre os serviços a serem prestados pela equipe técnica do Agente Fiduciário, bem como a participação do Agente Fiduciário em assembleias e/ou reuniões de Debenturistas.

9.4. Substituição

9.4.1 Nas hipóteses de ausência e impedimentos temporários, renúncia, intervenção, liquidação judicial ou extrajudicial, falência ou qualquer outro caso de vacância do Agente Fiduciário, será realizada, dentro do prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos contados do evento que a determinar, Assembleia Geral de Debenturistas para a escolha do novo agente fiduciário, a qual poderá ser convocada pelo próprio Agente Fiduciário a ser substituído, pela Emissora, por Debenturistas que representem 10% (dez por cento), no mínimo, das Debêntures em Circulação, ou pela CVM. Na hipótese da convocação não ocorrer em até 15 (quinze) dias corridos antes do término do prazo acima citado, caberá à Emissora efetuar-la, observado o prazo de 8 (oito) dias para a primeira convocação e 5 (cinco) dias para a segunda convocação, sendo certo que a CVM poderá nomear substituto provisório enquanto não se consumar o processo de escolha do novo agente fiduciário.

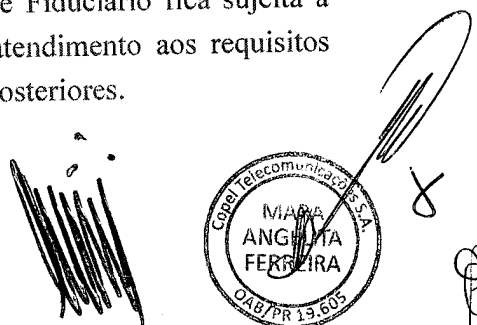
9.4.2 A remuneração do novo agente fiduciário será a mesma já prevista nesta Escritura de Emissão, salvo se outra for negociada com a Emissora, sendo por esta aceita por escrito, prévia e expressamente.

9.4.2.1. Caso ocorra a efetiva substituição do Agente Fiduciário e não seja negociada, nos termos da Cláusula 9.4.2 acima, uma nova remuneração com a Emissora, o substituto receberá a mesma remuneração recebida pelo Agente Fiduciário em todos os seus termos e condições, sendo que a primeira parcela anual devida ao substituto será calculada *pro rata temporis*, a partir da data de início do exercício de sua função como agente fiduciário.

9.4.3 Na hipótese de não poder o Agente Fiduciário continuar a exercer as suas funções por circunstâncias supervenientes a esta Escritura de Emissão, deverá comunicar imediatamente o fato à Emissora, pedindo sua substituição.

9.4.4 É facultado aos Debenturistas, após o encerramento do prazo para a distribuição das Debêntures no mercado, proceder à substituição do Agente Fiduciário e à indicação de seu substituto, em Assembleia Geral de Debenturistas especialmente convocada para esse fim.

9.4.5 A substituição, em caráter permanente, do Agente Fiduciário fica sujeita à comunicação prévia à CVM e à sua manifestação acerca do atendimento aos requisitos previstos no artigo 8º da Instrução CVM 28, e eventuais normas posteriores.



9.4.6 A substituição do Agente Fiduciário deverá ser objeto de aditamento a presente Escritura de Emissão, que deverá ser arquivada na JUCEPAR.

9.4.7 O Agente Fiduciário entrará no exercício de suas funções a partir da data da presente Escritura de Emissão ou, no caso de agente fiduciário substituto, no dia da celebração do correspondente aditamento à Escritura de Emissão, devendo permanecer no exercício de suas funções até sua efetiva substituição ou até a Data de Vencimento das Debêntures, conforme aplicável.

9.4.8 Aplicam-se às hipóteses de substituição do Agente Fiduciário as normas e preceitos da CVM.

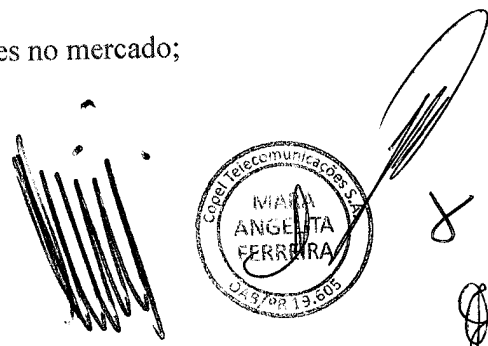
9.5. Deveres

9.5.1 Além de outros previstos em lei, em ato normativo da CVM, ou na presente Escritura de Emissão, constituem deveres e atribuições do Agente Fiduciário:

- (a) proteger os direitos e interesses dos Debenturistas, empregando no exercício da função o cuidado e a diligência que toda pessoa ativa e proba costuma empregar na administração de seus próprios bens;
- (b) renunciar à função na hipótese de superveniência de conflitos de interesse ou de qualquer outra modalidade de inaptidão;
- (c) conservar em boa guarda toda a escrituração, correspondência e demais papéis relacionados com o exercício de suas funções;
- (d) verificar, no momento de aceitar a função, a veracidade das informações contidas nesta Escritura de Emissão, diligenciando no sentido de que sejam sanadas as omissões, falhas ou defeitos de que tenha conhecimento;
- (e) promover, nos competentes órgãos, caso a Emissora não o faça, o registro desta Escritura de Emissão e respectivos aditamentos, sanando as lacunas e irregularidades porventura neles existentes. Neste caso, o oficial do registro notificará a administração da Emissora para que esta lhe forneça as indicações e documentos necessários, sem prejuízo da ocorrência do descumprimento de obrigação não pecuniária pela Emissora;



- (f) acompanhar a observância da periodicidade na prestação das informações obrigatórias, alertando os Debenturistas acerca de eventuais omissões ou inverdades constantes de tais informações;
- (g) emitir parecer sobre a suficiência das informações constantes das propostas de modificações nas condições das Debêntures, se for o caso;
- (h) solicitar, quando julgar necessário para o fiel desempenho de suas funções, certidões atualizadas perante órgãos e entidades públicas e escritórios de registros públicos, dos distribuidores cíveis, das Varas de Fazenda Pública, Cartórios de Protesto, Juntas de Conciliação e Julgamento, Procuradoria da Fazenda Pública, onde se localiza a sede do estabelecimento principal da Emissora;
- (i) solicitar, quando considerar necessário, e desde que permitido pela legislação aplicável, auditoria extraordinária na Emissora, sendo que tal solicitação deverá ser devidamente justificada à Emissora, cujos custos deverão ser arcados pela Emissora;
- (j) convocar, quando necessário, a Assembleia Geral de Debenturistas mediante anúncio publicado, pelo menos 3 (três) vezes, nos Jornais de Publicação, respeitadas outras regras relacionadas à publicação constantes da Lei das Sociedades por Ações e desta Escritura de Emissão;
- (k) comparecer à Assembleia Geral de Debenturistas a fim de prestar as informações que lhe forem solicitadas;
- (l) elaborar relatório anual destinado aos Debenturistas, nos termos da alínea “b” do parágrafo 1º do artigo 68 da Lei das Sociedades por Ações, o qual deverá conter, ao menos, as seguintes informações:
 - (i) eventual omissão ou inverdade de que tenha conhecimento, contida nas informações divulgadas pela Emissora, ou, ainda, o inadimplemento ou atraso na obrigatória prestação de informações pela Emissora;
 - (ii) alterações estatutárias ocorridas no período;
 - (iii) comentários sobre as demonstrações contábeis da Emissora enfocando os indicadores econômicos, financeiros e a estrutura de capital da Emissora;
 - (iv) posição da distribuição ou colocação das Debêntures no mercado;



- (v) aquisição facultativa e pagamento da Remuneração das Debêntures realizados no período, bem como aquisições e vendas de Debêntures efetuadas pela Emissora;
 - (vi) acompanhamento da destinação dos recursos captados por meio desta Emissão, de acordo com os dados obtidos perante os administradores da Emissora;
 - (vii) cumprimento de outras obrigações assumidas pela Emissora nesta Escritura de Emissão;
 - (viii) declaração sobre sua aptidão para continuar exercendo a função de Agente Fiduciário;
 - (ix) relação dos bens e valores entregues à sua administração; e
 - (x) existência de outras emissões de debêntures, públicas ou privadas, feitas pela Emissora ou por sociedade coligada, controlada, controladora ou integrante do mesmo grupo da Emissora em que tenha atuado como agente fiduciário no período, bem como os seguintes dados sobre tais emissões: denominação da companhia ofertante; valor da emissão; quantidade de debêntures emitidas; espécie; prazo de vencimento das debêntures; tipo e valor dos bens dados em garantia e denominação dos garantidores; e eventos de resgate, amortização, conversão, repactuação e inadimplemento no período.
- (m) colocar à disposição o relatório de que trata a alínea “I” acima aos Debenturistas no prazo máximo de 4 (quatro) meses, a contar do encerramento do exercício social da Emissora, ao menos nos seguintes locais:
- (i) na sede da Emissora;
 - (ii) no seu escritório;
 - (iii) na CVM;
 - (iv) na CETIP; e
 - (v) na sede do Coordenador Líder;



- (n) publicar, em conjunto com a Emissora e às expensas desta, nos órgãos da imprensa em que a Emissora deva efetuar suas publicações, anúncio comunicando aos Debenturistas que o relatório se encontra à sua disposição nos locais indicados na alínea “m” acima;
- (o) manter atualizada a relação dos Debenturistas e seus endereços, mediante, inclusive, gestões perante a Emissora, o Escriturador e a CETIP, sendo que, para fins de atendimento ao disposto nesta alínea, após a subscrição, integralização ou aquisição das Debêntures, a Emissora e os Debenturistas expressamente autorizam o Escriturador e a CETIP a divulgarem ao Agente Fiduciário, a qualquer momento, a posição das Debêntures, bem como relação dos Debenturistas;
- (p) fiscalizar o cumprimento das cláusulas constantes desta Escritura de Emissão, especialmente daquelas que impõem obrigações de fazer e de não fazer;
- (q) sem prejuízo do disposto na Cláusula VII acima, notificar os Debenturistas, por edital e, se possível, individualmente, no prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos, da ciência de qualquer inadimplemento, pela Emissora, de obrigações assumidas na presente Escritura de Emissão, indicando o local em que fornecerá aos interessados maiores esclarecimentos. Comunicação de igual teor deve ser enviada à CVM e à CETIP;
- (r) acompanhar a destinação dos recursos captados por meio da emissão das Debêntures, de acordo com os dados obtidos junto aos administradores da Emissora;
- (s) no caso de alteração do estatuto social da Emissora que objetive mudar o objeto social da Emissora, de modo a alterar substancialmente as atividades praticadas pela Emissora e que venha comprovadamente afetar a sua capacidade financeira, convocar a Assembleia Geral de Debenturistas para deliberar acerca da alteração proposta;
- (t) acompanhar, em cada data de pagamento, o integral e pontual pagamento dos valores devidos, conforme estipulado nesta Escritura de Emissão;
- (u) divulgar o Valor Nominal Atualizado e a Remuneração das Debêntures, a serem calculados pela Emissora, aos Debenturistas e aos demais participantes do mercado, através da sua central de atendimento e/ou de seu *website* (www.pentagonotrustee.com.br); e



- (v) verificar a regularidade da constituição da Fiança prestada nos termos desta Escritura de Emissão, observando a manutenção de sua suficiência e exequibilidade, nos termos do artigo 12, inciso XVII, alínea “j” da Instrução CVM 28.

9.5.2 Os atos ou manifestações por parte do Agente Fiduciário que criarem responsabilidade para os Debenturistas e/ou exonerarem terceiros de obrigações com eles somente serão válidos quando assim previamente deliberado pelos Debenturistas reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas.

9.5.3 O Agente Fiduciário não emitirá qualquer tipo de opinião ou fará qualquer juízo sobre qualquer fato da emissão cuja definição seja de competência dos Debenturistas, comprometendo-se tão-somente a agir nos termos desta Escritura de Emissão ou em cumprimento de deliberações tomadas em Assembleia Geral de Debenturistas. Neste sentido, o Agente Fiduciário não possui qualquer responsabilidade sobre o resultado ou sobre os efeitos jurídicos decorrentes do estrito cumprimento das deliberações dos Debenturistas a ele transmitidas, conforme definidas pelos Debenturistas e reproduzidas perante a Emissora, independentemente de eventuais prejuízos que venham a ser causados em decorrência disto aos Debenturistas ou à Emissora. A atuação do Agente Fiduciário limita-se ao escopo da Instrução CVM 28 e dos artigos aplicáveis da Lei das Sociedades por Ações, ficando o Agente Fiduciário, portanto, isento, sob qualquer forma ou pretexto, de qualquer responsabilidade adicional que não tenha decorrido da legislação, regulamentação aplicáveis e das obrigações assumidas na presente Escritura de Emissão ou decorrentes de deliberações tomadas em Assembleia Geral de Debenturistas.

9.6. Atribuições Específicas

9.6.1 O Agente Fiduciário usará de quaisquer procedimentos judiciais ou extrajudiciais contra a Emissora para a proteção e defesa dos interesses da comunhão dos Debenturistas e da realização de seus créditos, devendo, em caso de inadimplemento da Emissora, observados os termos e condições desta Escritura de Emissão:

- (a) declarar antecipadamente vencidas as Debêntures e cobrar seu principal e acessórios, observadas as condições da presente Escritura de Emissão, nos termos da Cláusula 7.1 desta Escritura de Emissão;
- (b) requerer a falência da Emissora ou iniciar procedimento da mesma natureza quando aplicável;
- (c) tomar qualquer providência necessária para a realização dos créditos dos Debenturistas, incluindo a execução da Fiança; e



- (d) representar os Debenturistas em processo de falência, recuperação judicial e/ou recuperação extrajudicial, bem como intervenção ou liquidação extrajudicial da Emissora.

9.6.2. O Agente Fiduciário somente se eximirá da responsabilidade pela não adoção das medidas contempladas nas alíneas "a" a "c" da Cláusula 9.6.1 acima se, convocada a Assembleia Geral de Debenturistas, esta assim o autorizar por deliberação da totalidade dos titulares das Debêntures em Circulação, bastando, porém, a deliberação da maioria dos titulares das Debêntures em Circulação presentes à respectiva Assembleia Geral de Debenturistas quando tal hipótese se referir ao disposto na alínea "d" da Cláusula 9.6.1 acima.

9.7. Despesas

9.7.1. A Emissora ressarcirá o Agente Fiduciário de todas as despesas razoáveis e usuais que tenha, comprovadamente, incorrido para proteger os direitos e interesses dos Debenturistas ou para realizar seus créditos, inclusive honorários advocatícios, honorários de auditores independentes e outras despesas e custos incorridos em virtude da cobrança de qualquer quantia devida aos Debenturistas nos termos desta Escritura de Emissão, devendo ser, sempre que possível, previamente aprovadas pela Emissora.

9.7.2. O ressarcimento a que se refere esta Cláusula 9.7 será efetuado em até 10 (dez) Dias Úteis contados da entrega à Emissora de cópia dos documentos comprobatórios das despesas efetivamente incorridas e necessárias à proteção dos direitos dos Debenturistas.

9.7.3. No caso de inadimplemento da Emissora, todas as despesas com procedimentos legais, inclusive as administrativas, em que o Agente Fiduciário venha a incorrer para resguardar os interesses dos Debenturistas deverão ser, sempre que possível, previamente aprovadas e adiantadas pelos Debenturistas, e posteriormente, conforme previsto em lei, ressarcidas pela Emissora, desde que devidamente comprovadas. Tais despesas a serem adiantadas pelos Debenturistas incluem também os gastos com honorários advocatícios de terceiros, depósitos, custas e taxas judiciais de ações propostas pelo Agente Fiduciário ou decorrentes de ações intentadas contra ele no exercício de sua função, desde que relacionadas à solução da inadimplência aqui referida, ou ainda que lhe causem prejuízos ou riscos financeiros, enquanto representante da comunhão dos Debenturistas. As eventuais despesas, depósitos e custas judiciais decorrentes da sucumbência em ações judiciais serão igualmente suportadas pelos Debenturistas, bem como a remuneração e as despesas reembolsáveis do Agente Fiduciário, na hipótese de a Emissora permanecer em inadimplência com relação ao pagamento destas por um período superior a 10 (dez) dias



corridos, podendo o Agente Fiduciário solicitar garantia prévia dos Debenturistas para cobertura do risco da sucumbência.

9.7.4. As despesas a que se refere esta Cláusula 9.7 compreenderão, inclusive, aquelas incorridas com:

- (a) publicação de relatórios, avisos e notificações, conforme previsto nesta Escritura de Emissão, e outras que vierem a ser exigidas por regulamentos aplicáveis;
- (b) extração de certidões e despesas cartorárias e com correios quando necessárias ao desempenho da função de Agente Fiduciário;
- (c) locomoções entre Estados da Federação, alimentação, transporte, e respectivas hospedagens, quando necessárias ao desempenho das funções;
- (d) despesas com especialistas, tais como assessoria legal aos Debenturistas em caso de vencimento antecipado das Debêntures, bem como depósitos, custas e taxas judiciárias de ações judiciais propostas pelos Debenturistas, por meio do Agente Fiduciário, ou decorrentes de ações intentadas contra estes, no exercício de sua função, ou ainda que lhe causem prejuízos ou riscos financeiros, enquanto representante da comunhão dos Debenturistas;
- (e) eventuais levantamentos adicionais e especiais ou periciais que vierem a ser imprescindíveis, se ocorrerem omissões e/ou obscuridades nas informações pertinentes aos estritos interesses dos Debenturistas;
- (f) fotocópias, digitalizações, envio de documentos; e
- (g) custos incorridos em contatos telefônicos relacionados à Emissão.

9.7.5. O crédito do Agente Fiduciário por despesas incorridas para proteger direitos e interesses ou realizar créditos dos Debenturistas que não tenha sido saldado na forma ora estabelecida será acrescido à dívida da Emissora e gozará das mesmas garantias das Debêntures, se for o caso, preferindo a estas na ordem de pagamento.

CLÁUSULA X ASSEMBLEIA GERAL DE DEBENTURISTAS

10.1. Convocação



The block contains a handwritten signature and a circular stamp. The stamp is from 'Copa Telecomunicações S.A.' and identifies 'MARIA ANGELITA FERREIRA' with the number '648/PR 19.605'.

10.1.1. Os Debenturistas poderão, a qualquer tempo, reunir-se em assembleia geral (“Assembleia Geral de Debenturistas”), de acordo com o disposto no artigo 71 da Lei das Sociedades por Ações, a fim de deliberarem sobre matéria de interesse da comunhão de Debenturistas. A Assembleia Geral de Debenturistas pode ser convocada pelo Agente Fiduciário, pela Emissora, por Debenturistas que representem 10% (dez por cento), no mínimo, das Debêntures em Circulação, ou pela CVM.

10.1.2. A convocação dar-se-á mediante anúncio publicado, pelo menos 3 (três) vezes, nos órgãos de imprensa nos quais a Emissora deve efetuar suas publicações, respeitadas outras regras relacionadas à publicação de anúncio de convocação de assembleias gerais constantes da Lei das Sociedades por Ações, da regulamentação aplicável e desta Escritura de Emissão.

10.1.3. As Assembleias Gerais de Debenturistas serão convocadas com antecedência mínima de 8 (oito) dias, em primeira convocação. A Assembleia Geral de Debenturistas em segunda convocação somente poderá ser realizada em, no mínimo, 5 (cinco) dias após a data marcada para a instalação da Assembleia Geral de Debenturistas em primeira convocação.

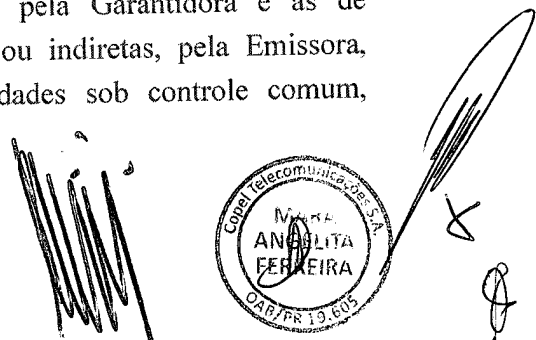
10.1.4. Será considerada regular a Assembleia Geral de Debenturistas a que comparecerem os titulares de todas as Debêntures em Circulação, independentemente de publicações e/ou avisos.

10.1.5. As deliberações tomadas pelos Debenturistas, no âmbito de sua competência legal, observados os quóruns estabelecidos nesta Escritura de Emissão, serão existentes, válidas e eficazes perante a Emissora e a Garantidora e obrigarão a todos os titulares das Debêntures em Circulação, independentemente de terem comparecido à Assembleia ou do voto proferido na respectiva Assembleia Geral de Debenturistas.

10.2. Quórum de Instalação

10.2.1. A Assembleia Geral de Debenturistas instalar-se-á, em primeira convocação, com a presença de Debenturistas que representem a metade, no mínimo, das Debêntures em Circulação e, em segunda convocação, com qualquer número de Debenturistas.

10.2.2. Para efeito da constituição de todos e quaisquer dos quóruns de instalação e/ou deliberação da Assembleia Geral de Debenturistas previstos nesta Escritura de Emissão, considera-se “Debêntures em Circulação” todas as Debêntures subscritas, excluídas aquelas mantidas em tesouraria pela Emissora, pela Garantidora e as de titularidade de empresas controladas ou coligadas, diretas ou indiretas, pela Emissora, controladoras (ou grupo de controle) da Emissora, sociedades sob controle comum,



Handwritten signature and circular stamp of Ana Paula Ferreira, with the text "CNPJ Telecomunicações S.A." and "CAR/PR 19.605" visible.

administradores da Emissora, incluindo, mas não se limitando a, pessoas direta ou indiretamente relacionadas a qualquer das pessoas anteriormente mencionadas.

10.3. Mesa Diretora

10.3.1. A presidência e a secretaria da Assembleia Geral de Debenturistas caberão aos Debenturistas eleitos pela comunhão dos Debenturistas ou àqueles que forem designados pela CVM.

10.4. Quórum de Deliberação

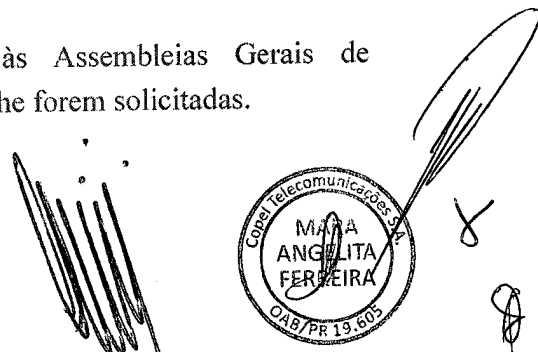
10.4.1. Nas deliberações da Assembleia Geral de Debenturistas, a cada Debênture em Circulação caberá um voto, admitida a constituição de mandatário, Debenturista ou não. Sem prejuízo de outros quóruns específicos expressamente previstos nas demais cláusulas desta Escritura de Emissão e observado o disposto nesta Cláusula 10.4.1, a aprovação de qualquer deliberação pela Assembleia Geral de Debenturistas necessita de aprovação de Debenturistas que representem, pelo menos, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação, incluindo, mas não se limitando, à aprovação em caso de renúncia e/ou perdão temporário.

10.4.1.1. As alterações solicitadas pela Emissora relativas: (a) às disposições estabelecidas nesta Cláusula 10.4, bem como aos quóruns previstos nesta Escritura de Emissão, (b) à Remuneração e Atualização Monetária (exceto no que diz respeito ao quórum específico previsto no caso de indisponibilidade do IPCA), (c) a quaisquer datas de pagamento de quaisquer valores previstos nesta Escritura de Emissão, (d) ao prazo de vigência das Debêntures, (e) à espécie das Debêntures, (f) à criação de evento de repactuação, (g) às Cláusulas que dispõem sobre hipóteses de vencimento antecipado e/ou (h) à Fiança, deverão contar com aprovação de Debenturistas representando, no mínimo, 90% (noventa por cento) das Debêntures em Circulação.

10.5. Outras disposições aplicáveis à Assembleia Geral de Debenturistas

10.5.1. Será obrigatória a presença dos representantes legais da Emissora nas Assembleias Gerais de Debenturistas convocadas pela Emissora, enquanto que nas assembleias convocadas pelos Debenturistas ou pelo Agente Fiduciário, a presença dos representantes legais da Emissora será facultativa, a não ser quando ela seja solicitada pelos Debenturistas ou pelo Agente Fiduciário, conforme o caso, hipótese em que será obrigatória.

10.5.2. O Agente Fiduciário deverá comparecer às Assembleias Gerais de Debenturistas e prestar aos Debenturistas as informações que lhe forem solicitadas.



10.5.3. Aplicar-se-á às Assembleias Gerais de Debenturistas, no que couber, o disposto na Lei das Sociedades por Ações sobre a assembleia geral de acionistas, devendo as atas das Assembleias Gerais de Debenturistas ser arquivadas na JUCEPAR.

CLÁUSULA XI

DECLARAÇÕES E GARANTIAS DA EMISSORA E DA GARANTIDORA

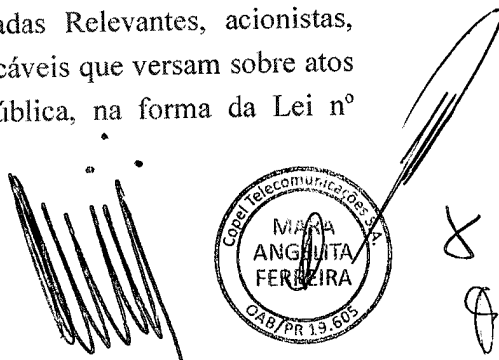
11.1. A Emissora e a Garantidora declaram e garantem, individualmente e de forma não solidária, ao Agente Fiduciário, na data da assinatura desta Escritura de Emissão, que:

- (a) são sociedades devidamente organizadas, constituídas e existentes sob a forma de sociedade por ações de acordo com as leis brasileiras;
- (b) estão devidamente autorizadas e obtiveram todas as autorizações, inclusive as societárias e regulatórias, necessárias à celebração desta Escritura de Emissão, à Emissão das Debêntures, à concessão da Fiança e ao cumprimento de todas as obrigações aqui previstas, tendo sido plenamente satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto, não sendo exigida qualquer outra autorização ou outro consentimento para tanto;
- (c) têm plena capacidade para cumprir com todas as suas obrigações previstas nesta Escritura de Emissão;
- (d) os representantes legais da Emissora e da Garantidora que assinam esta Escritura de Emissão têm poderes estatutários e/ou delegados para assumir, em seu nome, as obrigações ora estabelecidas e, sendo mandatários, tiveram os poderes legitimamente outorgados, estando os respectivos mandatos em pleno vigor;
- (e) esta Escritura de Emissão e as obrigações aqui previstas constituem obrigações lícitas, válidas e vinculantes da Emissora e da Garantidora, exequíveis de acordo com os seus termos e condições;
- (f) têm plena ciência e concordam integralmente com a forma de divulgação e apuração do IPCA, e as formas de cálculo da Remuneração e da Atualização Monetária das Debêntures foram estipuladas por livre vontade da Emissora;

- (g) a celebração, os termos e condições desta Escritura de Emissão, a Fiança, o cumprimento das obrigações aqui previstas e a Oferta Restrita (i) não infringem seus estatutos sociais; (ii) não infringem qualquer contrato ou instrumento do qual a Emissora e/ou a Garantidora sejam partes ou pelo qual qualquer de seus bens e propriedades estejam vinculados; (iii) não infringem qualquer obrigação anteriormente assumida pela Emissora e/ou pela Garantidora; (iv) não resultarão em (1) vencimento antecipado de qualquer obrigação estabelecida em qualquer desses contratos ou instrumentos; (2) criação de qualquer ônus ou gravame sobre qualquer ativo ou bem da Emissora e/ou da Garantidora; ou (3) rescisão de qualquer desses contratos ou instrumentos; (v) não infringem qualquer disposição legal a que a Emissora e/ou a Garantidora ou qualquer de seus bens esteja sujeito; e (vi) não infringem qualquer ordem, decisão ou sentença administrativa, judicial ou arbitral que afete a Emissora e/ou a Garantidora ou qualquer de seus bens ou propriedades;
- (h) as demonstrações financeiras da Emissora e da Garantidora relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2014 representam corretamente a posição patrimonial e financeira da Emissora e da Garantidora naquelas datas e para aqueles períodos e foram devidamente elaboradas em conformidade com os princípios contábeis determinados pela regulamentação aplicável;
- (i) as informações prestadas por ocasião do registro das Debêntures na CETIP são verdadeiras, consistentes, precisas, completas, corretas e suficientes, permitindo aos investidores uma tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta Restrita;
- (j) exceto pelas leis, regulamentos, normas administrativas e determinações que estejam sendo questionadas pela Emissora e/ou pela Garantidora de boa-fé nas esferas administrativa e/ou judicial, está cumprindo as leis, regulamentos, normas administrativas e determinações dos órgãos governamentais, autarquias ou tribunais, aplicáveis à condução de seus negócios, inclusive com o disposto na legislação e regulamentação ambiental;
- (k) possuem, nesta data, todas as autorizações e licenças (inclusive ambientais) relevantes exigidas pelas autoridades federais, estaduais e municipais para o exercício de suas atividades, sendo todas elas válidas, salvo se em processo de renovação, sendo que até a data da presente declaração a Emissora e/ou a Garantidora não foram notificadas acerca da revogação de qualquer delas ou da existência de processo administrativo que tenha por objeto a revogação, suspensão ou cancelamento de qualquer delas;



- (l) cumprirão todas as obrigações assumidas nos termos desta Escritura de Emissão, incluindo, sem limitação, a obrigação de destinar os recursos obtidos com a Emissão aos fins previstos na Cláusula 3.4 acima;
- (m) não omitiram ou omitirão nenhum fato, de qualquer natureza, que seja de seu conhecimento e que possa resultar em alteração substancial adversa de sua situação econômico-financeira ou jurídica em prejuízo dos Investidores Qualificados que venham a adquirir as Debêntures;
- (n) não têm qualquer ligação com o Agente Fiduciário que impeça o Agente Fiduciário de exercer, plenamente, suas funções com relação a esta Emissão;
- (o) não têm conhecimento de fato que impeça o Agente Fiduciário de exercer, plenamente, suas funções, nos termos da Lei das Sociedades por Ações e demais normas aplicáveis, inclusive regulamentares;
- (p) o Projeto foi devidamente enquadrado nos termos da Lei 12.431 e considerado como prioritário nos termos da Portaria;
- (q) nenhum registro, consentimento, autorização, aprovação, licença, ordem de, ou qualificação junto a qualquer autoridade governamental ou órgão regulatório é exigido para o cumprimento pela Emissora e/ou pela Garantidora de suas obrigações nos termos da presente Escritura, ou para a realização da Emissão, exceto pelas autorizações e pelos requisitos previstos, respectivamente, nas Cláusulas I e II desta Escritura;
- (r) não é, nesta data, de conhecimento da Emissora e da Garantidora a existência de nenhuma ação judicial, procedimento administrativo ou arbitral, inquérito ou outro tipo de investigação governamental que possa vir a causar Impacto Adverso relevante na Emissora e/ou na Garantidora em suas condições financeiras ou outras, ou em suas atividades, exceto conforme informado nas demonstrações financeiras consolidadas da Garantidora com relação ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2014. Adicionalmente, a Emissora e a Garantidora não têm conhecimento de descumprimento de qualquer disposição relevante contratual, legal ou de qualquer outra ordem judicial, administrativa ou arbitral, por parte da Emissora e/ou da Garantidora; e
- (s) cumprem e fazem cumprir, bem como suas Controladas Relevantes, acionistas, funcionários ou eventuais subcontratados, as normas aplicáveis que versam sobre atos de corrupção e atos lesivos contra a administração pública, na forma da Lei nº



A circular stamp of Copel Telecomunicações S.A. is located at the bottom right of the page. The stamp contains the text "Copel Telecomunicações S.A.", "MARIA ANGELITA FERREIRA", and "OAB/PR 19.605". To the left of the stamp is a large, dark, handwritten signature. To the right of the stamp is a small, handwritten mark that looks like a stylized 'X' or '8'.

12.846/13, na medida em que (i) mantém políticas e procedimentos internos que asseguram integral cumprimento de tais normas; (ii) dá pleno conhecimento de tais normas a todos os profissionais que venham a se relacionar com a Emissora e/ou a Garantidora, previamente ao início de sua atuação no âmbito desta Escritura; (iii) abstém-se de praticar atos de corrupção e de agir de forma lesiva à administração pública, nacional e estrangeira, no seu interesse ou para seu benefício, exclusivo ou não e; (iv) caso tenha conhecimento de qualquer ato ou fato que viole aludidas normas, comunicará imediatamente o Agente Fiduciário que poderá tomar todas as providências que entenderem necessárias; e

- (t) cumprem e fazem cumprir, bem como suas Controladas Relevantes, acionistas, funcionários ou eventuais subcontratados, as normas aplicáveis que versam sobre direito público e administrativo, incluindo, mas não se limitando, a Lei n.º 8.666, de 21º de junho de 1993, conforme alterada e, no que for cabível, o artigo 40 da Lei Complementar n.º 101, de 4 de maio de 2000, conforme alterada (Lei de Responsabilidade Fiscal).

11.2. A Emissora e a Garantidora, assim que tomarem ciência do fato, obrigam-se a notificar, em até 2 (dois) Dias Úteis, o Agente Fiduciário e os Debenturistas, caso qualquer das declarações prestadas no item 11.1 acima se torne falsa, inconsistente, imprecisa, incompleta, incorreta ou insuficiente na data em que foi prestada.

CLÁUSULA XII

DISPOSIÇÕES GERAIS

12.1. Comunicações

12.1.1. As comunicações a serem enviadas por qualquer das Partes nos termos desta Escritura de Emissão deverão ser encaminhadas para os seguintes endereços:

Para a Emissora:

COPEL TELECOMUNICAÇÕES S.A.

Rua Coronel Dulcídio, n.º 800, Batel

81.200-240 - Curitiba - PR

At.: Sr. Artur Felipe Fischer Pessuti

Telefone: (41) 3331-3277

E-mail: felipe.pessuti@copel.com



Para a Garantidora:

COMPANHIA PARANAENSE DE ENERGIA – COPEL

Rua Coronel Dulcídio, nº 800 – 3º andar

CEP 80.420-170 - Curitiba – PR

At.: Sr. Artur Felipe Fischer Pessuti

Telefone: (41) 3331-3277

E-mail: felipe.pessuti@copel.com

Para o Agente Fiduciário:

PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

Avenida das Américas, nº 4200, Bloco 8, Ala B, Salas 302, 303 e 304, Barra da Tijuca

22640-102 - Rio de Janeiro, RJ

At.: Sra. Nathalia Machado Loureiro / Sra. Marcelle Motta Santoro / Sr. Marco Aurélio Ferreira

Telefone: (21) 3385-4565

Fax: (21) 3385-4046

E-mail: operacional@pentagonotrustee.com.br

Para o Banco Liquidante:

ITAÚ UNIBANCO S.A.

Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha

CEP 04311-000 – São Paulo, SP

At.: Sr. Luiz Petito

Telefone: (11) 2797-4441

Fac-símile: (11) 2797-3140

E-mail: luiz.petito@itau-unibanco.com.br

Para o Escriturador:

ITAÚ CORRETORA DE VALORES S.A.

Avenida Brigadeiro Faria Lima, 3.400, 10º andar

CEP 04538-132 – São Paulo, SP

At.: Sr. Luiz Petito

Telefone: (11) 2797-4441

Fac-símile: (11) 2797-3140

E-mail: luiz.petito@itau-unibanco.com.br

Para a CETIP:

Avenida Brigadeiro Faria Lima, 1.663, 4º andar, Jardim Paulistano

01452-001 - São Paulo, SP

At.: Gerência de Valores Mobiliários



Tel./Fax: (11) 3111-1596/ (11) 3111-1564

E-mail: gr.debentures@cetip.com.br

12.1.2. As comunicações referentes a esta Escritura de Emissão serão consideradas entregues quando recebidas sob protocolo ou com “aviso de recebimento” expedido pela Empresa Brasileira de Correios, ou por telegrama nos endereços acima. As comunicações feitas por fac-símile ou correio eletrônico serão consideradas recebidas na data de seu envio, desde que seu recebimento seja confirmado por meio de recibo emitido pela máquina utilizada pelo remetente. Os respectivos originais deverão ser encaminhados para os endereços acima em até 5 (cinco) Dias Úteis após o envio da mensagem.

12.1.3. A mudança de qualquer dos endereços acima deverá ser comunicada imediatamente pela Parte que tiver seu endereço alterado.

12.2. Renúncia

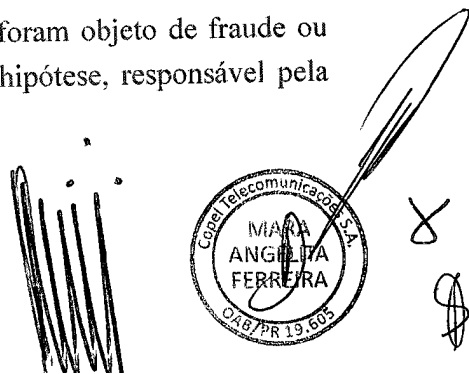
12.2.1. Não se presume a renúncia a qualquer dos direitos decorrentes da presente Escritura de Emissão. Desta forma, nenhum atraso, omissão ou liberalidade no exercício de qualquer direito, faculdade ou remédio que caiba ao Agente Fiduciário e/ou aos Debenturistas em razão de qualquer inadimplemento da Emissora prejudicará tais direitos, faculdades ou remédios, ou será interpretado como constituindo uma renúncia aos mesmos ou concordância com tal inadimplemento, nem constituirá novação ou modificação de quaisquer outras obrigações assumidas pela Emissora nesta Escritura de Emissão ou precedente no tocante a qualquer outro inadimplemento ou atraso.

12.3. Alienação ou Cessão da Escritura

12.3.1. A Emissora e a Fiadora não poderão alienar ou ceder esta Escritura de Emissão, no todo ou em parte, ou qualquer direito ou obrigação decorrente desta Escritura de Emissão, salvo se houver a aprovação pela totalidade dos Debenturistas titulares das Debêntures em Circulação em Assembleia Geral, ressalvados os quóruns específicos dispostos nesta Escritura de Emissão, inclusive nas alíneas “i” e “j” do item 7.1 acima.

12.4. Veracidade da Documentação

12.4.1. Sem prejuízo do dever de diligência do Agente Fiduciário, o Agente Fiduciário assumirá que os documentos originais ou cópias autenticadas de documentos encaminhados pela Emissora ou por terceiros a seu pedido não foram objeto de fraude ou adulteração. O Agente Fiduciário não será ainda, sob qualquer hipótese, responsável pela



elaboração de documentos societários da Emissora, que permanecerão sob obrigação legal e regulamentar da Emissora, nos termos da legislação aplicável.

12.4.2. Para prestar os serviços especificados e tomar as decisões necessárias com relação ao disposto nesta Escritura de Emissão, o Agente Fiduciário não será responsável por verificar a suficiência, validade, qualidade, veracidade ou completude das deliberações societárias, dos atos da administração ou de qualquer documento ou registro da Emissora que considere autêntico que lhe tenha sido ou seja encaminhado pela Emissora ou por seus colaboradores.

12.4.3. O Agente Fiduciário pode se balizar nas informações que lhe forem disponibilizadas pela Emissora ou pela Garantidora para acompanhar o atendimento dos Índices Financeiros.

12.5. Independência das Disposições da Escritura

12.5.1. Caso qualquer das disposições desta Escritura de Emissão venha a ser julgada ilegal, inválida ou ineficaz, prevalecerão todas as demais disposições não afetadas por tal julgamento, comprometendo-se as Partes, em boa-fé, a substituírem a disposição afetada por outra que, na medida do possível, produza o mesmo efeito.

12.6. Título Executivo Extrajudicial e Execução Específica

12.6.1. Esta Escritura de Emissão, as Debêntures e a Fiança constituem títulos executivos extrajudiciais nos termos dos incisos I e II do artigo 585 do Código de Processo Civil, reconhecendo as Partes desde já que, independentemente de quaisquer outras medidas cabíveis, as obrigações assumidas nos termos desta Escritura de Emissão comportam execução específica, submetendo-se às disposições dos artigos 632 e seguintes do Código de Processo Civil, sem prejuízo do direito de declarar o vencimento antecipado das Debêntures nos termos desta Escritura de Emissão.

12.7. Cômputo dos Prazos

12.7.1. Exceto se de outra forma especificamente disposto nesta Escritura, os prazos estabelecidos na presente Escritura de Emissão serão computados de acordo com a regra prescrita no artigo 132 do Código Civil, sendo excluído o dia do começo e incluído o do vencimento.

12.8. Irrevogabilidade; Sucessores



12.8.1. A presente Escritura de Emissão é firmada em caráter irrevogável e irretratável, obrigando as Partes por si e seus sucessores, a qualquer título, ao seu integral cumprimento.

12.9. Despesas

12.9.1. A Emissora arcará com todos os custos: (a) decorrentes da colocação pública das Debêntures, incluindo todos os custos relativos ao seu registro na CETIP; (b) de registro e de publicação de todos os atos necessários à Emissão, tais como esta Escritura de Emissão, seus eventuais aditamentos e os atos societários da Emissora e da Garantidora; e (c) pelas despesas com a contratação de Agente Fiduciário, do Banco Liquidante, do Escriturador, da agência de *rating* e dos sistemas de distribuição e negociação das Debêntures nos mercados primário e secundário.

12.10. Correção de Valores

12.10.1. Para fins de verificação do cumprimento das obrigações constantes desta Escritura, inclusive aquelas constantes da Cláusula VII acima, todos os valores de referência em reais (R\$) dela constantes deverão ser corrigidos pela variação do IGP-M, ou na sua falta ou impossibilidade de aplicação, pelo índice oficial que vier a substituí-lo, a partir da data de assinatura desta Escritura de Emissão, observado que tal disposição não se aplica a valores relacionados às Debêntures propriamente ditas, tais como o Valor Nominal Unitário das Debêntures ou a Remuneração.

12.11. Lei Aplicável

12.11.1. Esta Escritura de Emissão é regida pelas Leis da República Federativa do Brasil.

12.12. Foro

12.12.1. Fica eleito o foro da Cidade de Curitiba, Estado do Paraná, para dirimir quaisquer dúvidas ou controvérsias oriundas desta Escritura de Emissão, com renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.



The block contains a handwritten signature on the left and a circular stamp on the right. The stamp is from Copel Telecomunicações S.A., with the name MARIA ANGELITA FERREIRA and the number 19.605. There are also some additional handwritten marks to the right of the stamp.

Estando assim, as Partes certas e ajustadas, firmam o presente instrumento, em 6 (seis) vias de igual teor e forma, juntamente com 2 (duas) testemunhas, que também o assinam.

Curitiba, 15 de outubro de 2015.

[O RESTANTE DA PÁGINA FOI INTENCIONALMENTE DEIXADO EM BRANCO]



A circular stamp from Copel Telecomunicações S.A. is located in the bottom right corner. The stamp contains the text "MARA ANGELITA FERREIRA" and "OAB/PR 19.605". To the left of the stamp is a handwritten signature, and to the right is a large handwritten "X" mark.

(Página de assinaturas 1/4 do Instrumento Particular de Escritura da 1ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, com Garantia Adicional Fidejussória, em Série Única, para Distribuição Pública, com Esforços Restritos, da Copel Telecomunicações S.A.)

COPEL TELECOMUNICAÇÕES S.A.

Nome:

Cargo:



ADIR HANNOUCHE
Diretor Presidente
Copel Telecomunicações S.A.

Nome:

Cargo:

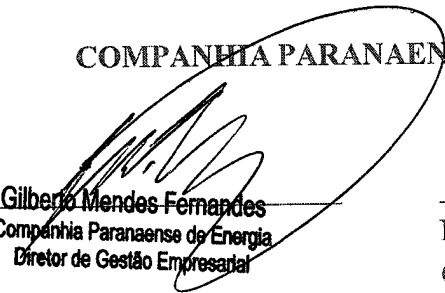
Luiz Eduardo da Veiga Sebastiani
Diretor de Finanças



(Página de assinaturas 2/4 Instrumento Particular de Escritura da 1ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, com Garantia Adicional Fidejussória, em Série Única, para Distribuição Pública, com Esforços Restritos, da Copel Telecomunicações S.A.)

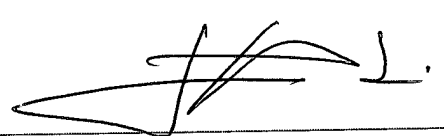
COMPANHIA PARANAENSE DE ENERGIA – COPEL

Nome:
Cargo:


Gilberto Mendes Fernandes
Companhia Paranaense de Energia
Diretor de Gestão Empresarial

no Exercício da Presidência

Nome:
Cargo:

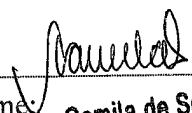

Luiz Eduardo da Veiga Sebastiani
Companhia Paranaense de Energia S.A.
Diretor de Finanças e Rel. com Investidores



8
9

(Página de assinaturas 3/4 do Instrumento Particular de Escritura da 1ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, com Garantia Adicional Fidejussória, em Série Única, para Distribuição Pública, com Esforços Restritos, da Copel Telecomunicações S.A.)

PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

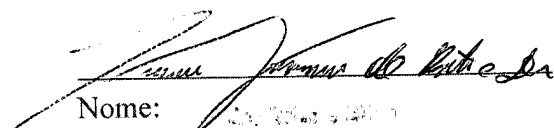


Nome: **Camila de Souza**
Cargo: **Procuradora**


 8

(Página de assinaturas 4/4 do Instrumento Particular de Escritura da 1ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, com Garantia Adicional Fidejussória, em Série Única, para Distribuição Pública, com Esforços Restritos, da Copel Telecomunicações S.A.)

Testemunhas:


Nome: _____
CPF: _____


Nome: Marco Aurélio Maestrelli da Silva
CPF: 007.083.819-44
RG: 8.280.897-3/PR



(Este anexo é parte integrante do Instrumento Particular de Escritura da 1ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, com Garantia Adicional Fidejussória, em Série Única, para Distribuição Pública, com Esforços Restritos, da Copel Telecomunicações S.A.)

ANEXO I

PORTARIA Nº 3.716

